



**Isis Reis Amendola de Souza**

**Discursos antiaborto no Brasil:**

madonidade, uma análise da participação de discursos na  
construção, transformação e perpetuação de mitos da  
maternidade entre 2018 e 2022

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Design e Sociedade da PUC-Rio, na linha de pesquisa  
Design: Comunicação, Cultura e Artes, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre em Design.

Orientadora: Profa. Denise Berruezo Portinari

Rio de Janeiro,  
abril de 2024



**Isis Reis Amendola de Souza**

**Discursos antiaborto no Brasil:**

madonidade, uma análise da participação de discursos na  
construção, transformação e perpetuação de mitos da  
maternidade entre 2018 e 2022

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Design e Sociedade da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Orientadora

Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

**Prof. Nilton Gonçalves Gamba Junior**

Departamento de Artes & Design - PUC-Rio

**Profa. Raquel Ferreira da Ponte**

EBA - UFRJ

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Isis Reis Amendola de Souza**

Graduada em Comunicação Visual - Design na UFRJ em 2017 com período de intercâmbio na Nottingham Trent University, Inglaterra, entre 2014 e 2015. Atua profissionalmente como designer gráfico e ilustradora.

#### Ficha Catalográfica

Souza, Isis Reis Amendola de

Discursos antiaborto no Brasil : madonidade, uma análise da participação de discursos na construção, transformação e perpetuação de mitos da maternidade entre 2018 e 2022 / Isis Reis Amendola de Souza ; orientadora: Denise Berruezo Portinari. – 2024.

65 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2024.

Inclui bibliografia

1. Artes e Design – Teses. 2. Mitologia. 3. Aborto. 4. Design. 5. Discurso. 6. Neoliberalismo. I. Portinari, Denise Berruezo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Artes e Design. III. Título.

CDD: 700

Para minha mãe, Janina, e minhas irmãs, Anabel, Ana Carolina e Daniela.  
Por todo apoio desde sempre, sem vocês eu não estaria aqui.



## **Agradecimentos**

À todas as pessoas que possibilitaram que esta pesquisa ocorresse, sobretudo à minha orientadora Denise Portinari e aos meus colegas do grupo Barthes. Também agradeço enormemente aos professores Nilton Gamba Junior e Raquel Ferreira da Ponte pelas trocas e contribuições generosas tanto na banca de qualificação quanto na banca de defesa.

Ao meu companheiro Antoine D'Artemare pelo apoio incondicional aos meus estudos, pelo incentivo ao ingresso na pós-graduação, pela escuta e leitura atenta, pelas revisões e todos os ensinamentos dedicados a esta pesquisa.

Às minhas companheiras e companheiros militantes da Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores CST / UIT-QI, que eu conheci nos caminhos desta pesquisa, e com quem eu aprendo todos os dias e tenho orgulho de estar lado a lado nas lutas.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## Resumo

de Souza, Isis Reis Amendola. **Discursos antiaborto no Brasil: madonidade, uma análise da participação de discursos na construção, transformação e perpetuação de mitos da maternidade entre 2018 e 2022.** Rio de Janeiro, 2024. 65 páginas. Dissertação de Mestrado - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Por meio do sistema mítico proposto por Roland Barthes em *Mitologias*, buscamos realizar uma análise de discursos antiaborto publicados no portal Gazeta do Povo entre 2018 e 2022. Através dessa análise, ambicionamos pôr em prática a leitura de determinados mitos da maternidade no Brasil que, não apenas são (re)produzidos nos discursos antiaborto, mas também os naturalizam, legitimam e eternizam. O recorte temporal é vital para contextualizarmos o tema tratado dentro de um cenário mais amplo de conservadorismo e neoliberalismo, tanto em sua presença política, quanto no seu alcance na sociedade como um todo. Além disso, como objetivo secundário, buscamos pensar particularmente o papel da produção imagética e a agência do design nessas operações míticas, que também atuam na produção das relações de poder e subjetividade no Brasil contemporâneo.

## Palavras-chave

Mitologia; Aborto; Design; Discurso; Neoliberalismo;

## Abstract

de Souza, Isis Reis Amendola. **Anti-abortion discourses in Brazil: madonidade, an analysis of the participation of discourses in the construction, transformation and perpetuation of myths of maternity between 2018 and 2022.** Rio de Janeiro, 2024. 65 pages. Dissertação de Mestrado - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Through the mythological system proposed by Roland Barthes in *Mythologies*, we seek to carry out an analysis of anti-abortion discourses published on the Gazeta do Povo portal between 2018 and 2022. Through this analysis, we expect to read certain myths of maternity present in Brazil that not only are (re)produced in anti-abortion discourses, but also naturalizes, legitimizes and perpetuates them. The time frame is vital for us to contextualize the topic discussed within a broader scenario of conservatism and neoliberalism, both in its political presence and in its reach in society as a whole. Furthermore, as a secondary goal we aim to think particularly about the role of image production and the agency of design in these mythical operations, which also act in the production of relations of power and subjectivity in contemporary Brazil.

## Keywords

Mythology; Abortion; Design; Discourse; Neoliberalism;

## **Sumário:**

1. Introdução .....	10
2. Conservadorismo e neoliberalismo .....	14
2.1. Gazeta do Povo .....	14
2.2. Biopolítica e Brasil .....	17
2.3. Valores e valores (Pauta econômica, pauta de costumes) .....	26
2.4. O conceito de família .....	30
3. Mitologia e maternidade no Brasil .....	37
3.1. A estrutura de um mito .....	37
3.2. Madonidade .....	40
4. Imagens em discurso .....	51
5. Conclusão .....	56
6. Referências bibliográficas .....	62

## Lista de figuras

Figura 1 - Captura de tela da página de planos de assinatura do portal Gazeta do Povo .....	14
Figura 2 - Captura de tela do menu do portal Gazeta do Povo ao clicar na opção "Notícias" .....	16
Figura 3 - Captura de tela do menu do portal Gazeta do Povo ao clicar na opção "Nossa Visão" .....	17
Figura 4 - Reprodução de esquema do sistema semiológico do mito no livro "Mitologias" .....	39
Figura 5 - Esquema semiológico com adição dos termos propostos por Barthes .....	39
Figura 6 - Captura de tela do artigo sobre a história de Emma .....	41
Figura 7 - Captura de tela das informações do portal ao final do artigo sobre Emma .....	41
Figura 8 - Foto que acompanha o artigo sobre Emma em detalhe .....	42
Figura 9 - Imagem ampliada da assinatura "sempre família" .....	43
Figura 10 - Captura de tela do artigo sobre mulher com câncer .....	46
Figura 11 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher com câncer em detalhe .....	47
Figura 12 - Captura de tela do artigo sobre mulher que doou leite materno .....	47
Figura 13 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que doou leite materno em detalhe .....	48
Figura 14 - Captura de tela do artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez .....	48
Figura 15 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe .....	49
Figura 16 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe (2) .....	49
Figura 17 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe (3) .....	50
Figura 18 - Captura de tela da subseção "Defesa da Vida" dentro da seção "Sempre família" .....	55

## 1. Introdução

De que forma discursos antiaborto produzidos no Brasil entre 2018 e 2022 participam da construção, transformação e perpetuação de mitos? Essa é a principal pergunta que direciona esta pesquisa, mas de início vamos elaborar brevemente sobre as partes que a compõem.

O recorte espaço-temporal feito aqui, como veremos adiante, está intrinsecamente relacionado ao teor dos discursos sobre aborto que serão analisados. Os anos de 2018 a 2022 marcam o mandato do ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, um político descrito como conservador e de extrema-direita, cujo governo marcou uma série de ataques e retrocessos aos conquistados direitos reprodutivos<sup>1</sup> das mulheres brasileiras, e que também é exemplar de um conjunto de discursos conservadores e neoliberais que precedem esses anos de mandato e que está inserido em um contexto maior de movimentos, fluxos e articulações transnacionais.

Os discursos antiaborto apresentados, assim como a Gazeta do Povo (portal de onde foram extraídos os artigos para nossa análise semiológica) confluem com os valores que são promovidos por esse governo como o patriarcalismo, a família nuclear e heteronormativa, o cristianismo, a privatização do público, a individualidade e a liberdade, entre outros. A análise desses discursos não estará isolada desse cenário, do qual fazem parte indissociavelmente. Destacaremos os escritos de Wendy Brown (2019) acerca da razão neoliberal e seus efeitos no cenário político contemporâneo para entender essa relação, e traremos as reflexões do antropólogo Lucas Bulgarelli (2020) para uma leitura mais específica desse contexto brasileiro.

A segunda parte da pergunta (construção, transformação e perpetuação de mitos) se refere à forma que escolhemos analisar esses discursos antiaborto, por meio do uso das ferramentas semiológicas propostas por Roland Barthes: o mito e o sistema que o compõe. Tomando esse caminho, apresentaremos a leitura e análise

---

<sup>1</sup> Ameaças de retrocessos em relação a direitos como o acesso à interrupção voluntária de gravidez em caso de estupro ou de risco à saúde da mulher, ou em caso de feto anencéfalo.

de artigos selecionados do portal de notícias Gazeta do Povo publicados entre 2018 e 2022, que tratam do discurso antiaborto e que ilustram a figura do mito que vamos propor. Como veremos adiante trata-se de um mito relacionado a uma imagem da maternidade, sobre a qual cabe aqui uma digressão para falarmos um pouco sobre a construção social desse conceito.

No livro “Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução” a psicanalista Vera Iaconelli discorre sobre o maternalismo (e seus atravessamentos), que inicialmente ela descreve como

(...) o discurso através do qual a sociedade justifica e reitera o lugar das mulheres – reduzidas à função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas – no exercício de tarefas imprescindíveis para a consolidação e manutenção do capitalismo, como a reprodução social (IACONELLI, 2023, p.10).

Ao longo da obra Iaconelli cita momentos históricos que contextualizam o discurso maternalista, sobretudo (mas não exclusivamente) dentro da própria história da psicanálise, e expõe os processos que naturalizam a maternidade a ponto de convenções sociais serem lidas como fatos biológicos. Como a autora diz sobre a maternidade, “o erro recorrente é supor que a experiência da gestação, do parto, do puerpério ou da amamentação seria capaz por si só de tornar alguém mãe ou pai de fato”, e finaliza afirmando que “inseminar e parir nunca fizeram de ninguém pai ou mãe, e os bancos de sêmen e as barrigas de aluguel ou solidárias estão aí para exemplificá-lo” (IACONELLI, 2023, p.25-26).

Mas, além das reflexões e conclusões indispensáveis de Iaconelli sobre o discurso maternalista, a autora também traz uma miríade de autores e referências que enriquecem nosso entendimento sobre o tema. Uma dessas referências é a filósofa Elisabeth Badinter, autora do livro “Um amor conquistado: O mito do amor materno”, que buscava, segundo Iaconelli, “provar sua tese de que o instinto materno é uma criação pseudocientífica do século XVIII” (IACONELLI, 2023, p.44). Assim como fica claro na passagem:

O “instinto materno” atribuído à fêmea humana passa, dessa forma, a ser entendido como fato da ciência. Embora o amor pelos filhos sempre tenha existido, a moralização e a ideologia associadas a esse afeto foram meticulosamente construídas, fazendo supor que ele não seria contingencial – como todo amor –, mas garantido pela natureza feminina. No entanto, se o instinto é, por definição, aquilo que é intrínseco à espécie, com pouquíssimas variações, não poderia simplesmente desaparecer do nada em toda uma população. (IACONELLI, 2023, p.47)

Segundo Iaconelli, Badinter teria apontado em seu livro a prova irrefutável de que o “instinto materno” é uma construção ideológica (através de um exemplo de negligência sistemática e coletiva de aproximadamente 90% das crianças nascidas em Paris em 1780), apresentando em seu texto inclusive “como essa pseudoteoria foi sendo criada e inculcada nas mentes e nos corações” (IACONELLI, 2023, p.47). Essa apresentação da construção social do conceito de maternidade, ainda que sucinta, nos servirá mais adiante na leitura dos artigos que irão fundamentar o mito que apresentaremos.

Dito isso, é pertinente elucidarmos a importância de realizarmos essa pesquisa dentro do campo do design. Tanto a abordagem semiológica de Barthes quanto a conceituação de discurso de Michel Foucault (como veremos adiante) tratam de elementos não só textuais ou enunciações orais como também de imagens, fotografias, projetos arquitetônicos, regras, rituais etc. O campo do design gráfico, como articulador de múltiplos suportes comunicacionais (como textos e imagens, mas não se limitando a estes), é então um lugar interessante para se pensar a produção, reiteração e disseminação de discursos.

Tanto a aplicação da função interdisciplinar da semiologia no design quanto a importância de análises desse período histórico recente (e como veremos, com repercussões e como reflexo de movimentos transnacionais de grande magnitude) justificam a existência dessa pesquisa. Com a ameaça de retrocessos nos direitos reprodutivos conquistados no Brasil e a necessidade de continuar a avançar em face ao conservadorismo, é premente que análises da cultura entrem na discussão sobre o aborto, uma vez que discursos médicos, jurídicos e religiosos têm se sobressaído.



Após essa introdução, no segundo capítulo vamos apresentar o portal Gazeta do Povo, justificando a escolha do mesmo e seus artigos para compor o nosso objeto de pesquisa. Também mobilizaremos os conceitos de biopolítica (Foucault, 1988) e leituras do neoliberalismo (Brown, 2019), refletindo sobre a interdependência entre discursos conservadores (como os discursos antiaborto) e o neoliberalismo, e aproximando essas leituras para o recorte da nossa pesquisa (Brasil, 2018-2022). Isso será fundamental para estabelecer o contexto e a relevância do problema abordado.

No terceiro capítulo, traremos o sistema mítico proposto por Barthes (1999) e suas estruturas e com essa ferramenta realizaremos a análise, leitura e problematização de uma proposta de mito da maternidade no Brasil a partir do nosso objeto.

No quarto capítulo pretende-se incorporar ao texto a noção de discurso como colocado por Foucault, aproximando-a da abordagem semiológica de Barthes. Este capítulo será crucial para articular mais explicitamente o design gráfico à análise realizada até aqui, pensando o mesmo na criação, reiteração e difusão de mitos e dentro de relações de poder, políticas e econômicas. Situaremos também o design (e o designer) no contexto do capitalismo, pensando o mesmo como uma atividade significativa em termos econômicos e ideológicos (Forty, 2007).

Por fim, no quinto capítulo, retomaremos os principais argumentos e reflexões percorridos nos capítulos anteriores. Este capítulo encerrará a dissertação, trazendo também algumas conclusões, indagações e visões sobre o futuro desta pesquisa.

## 2. Conservadorismo e neoliberalismo

### 2.1 Gazeta do Povo

Elegemos o período de 2018 a 2022 para nossa análise pela emergência e multiplicação de discursos conservadores sobre o tema, tanto em veículos de imprensa e entrevistas como em políticas públicas e pronunciamentos políticos, entre outros meios. Como exemplo desse fenômeno, decidimos trabalhar com o portal “Gazeta do Povo” sobretudo pela presença de uma seção dedicada exclusivamente ao tema do aborto sob o título de “Defesa da Vida”. Dito isso, antes de entrarmos nos artigos a serem analisados cabe uma breve apresentação e contextualização desse portal midiático.

Em dezembro de 2018, a agência de notícias Intercept Brasil<sup>2</sup> publicou uma matéria entrevistando o presidente do jornal Gazeta do Povo, e uma análise das mudanças sofridas pelo veículo nos últimos anos. A matéria relata como a Gazeta do Povo passou de um jornal curitibano de alcance regional a um portal digital que, segundo divulgado pela própria, foi “o jornal mais lido do Brasil em outubro [de 2018], mês das eleições presidenciais” (MARTINS, 2018). Segundo o entrevistado Guilherme Döring Cunha Pereira, presidente do grupo que edita a Gazeta, assumir o perfil conservador do veículo e destacar essa característica foi também um direcionamento estratégico, visto que há um público-alvo interessado nesse posicionamento de valores explícito (MARTINS, 2018). Como exemplo dessa orientação proposital, destacamos a página do portal a qual se chega ao clicar no botão para se tornar assinante (Figura 1) onde se lê em um trecho: “Nossa visão é conservadora, defendemos a família, a vida e o empreendedorismo” (GAZETA DO POVO, 2023c).


Figura 1: Captura de tela da página de planos de assinatura do portal Gazeta do Povo.

---


<sup>2</sup> The Intercept Brasil é uma agência de notícias focada em jornalismo investigativo, “dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo” (INTERCEPT BRASIL, 2024).

**Por que assinar a Gazeta?**


Estamos ao lado dos brasileiros nas grandes questões do nosso tempo. O crescimento da nossa audiência reflete aquilo que praticamos, uma cobertura honesta e comprometida com a sociedade.




Nossa visão é conservadora, defendemos a família, a vida e o empreendedorismo.



Contamos com mais de 100 profissionais trazendo as notícias mais importantes.



Time próprio de jornalistas em Brasília acompanhando a política e a economia.




App com notificações e serviço de notícias por WhatsApp.

À frente das nossas análises, estão nomes como Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, J.R. Guzzo e Alexandre Garcia. Jornalismo sem medo de rebater visões dadas como certas pela grande mídia.

**Dúvidas**

Assinaturas digitais



Fonte: GAZETA DO POVO (2023c).

Rafael Moro Martins, jornalista do Intercept Brasil, destaca como a Gazeta tinha prestígio entre as figuras políticas ligadas ao governo eleito em 2018 (e primazia no acesso a elas). Segundo ele, o portal se tornou “a cara e a voz do cada vez maior conservadorismo brasileiro” (MARTINS, 2018). Entre os valores defendidos pela Gazeta e explícitos na matéria do Intercept, como crítica ao “comportamento homossexual” e à “ideologização do ensino”, destacamos o tema recorrente da “defesa da vida” e a seção “Sempre Família” do portal, que foi criada e é coordenada por Cunha Pereira, segundo Moro Martins (MARTINS, 2018).

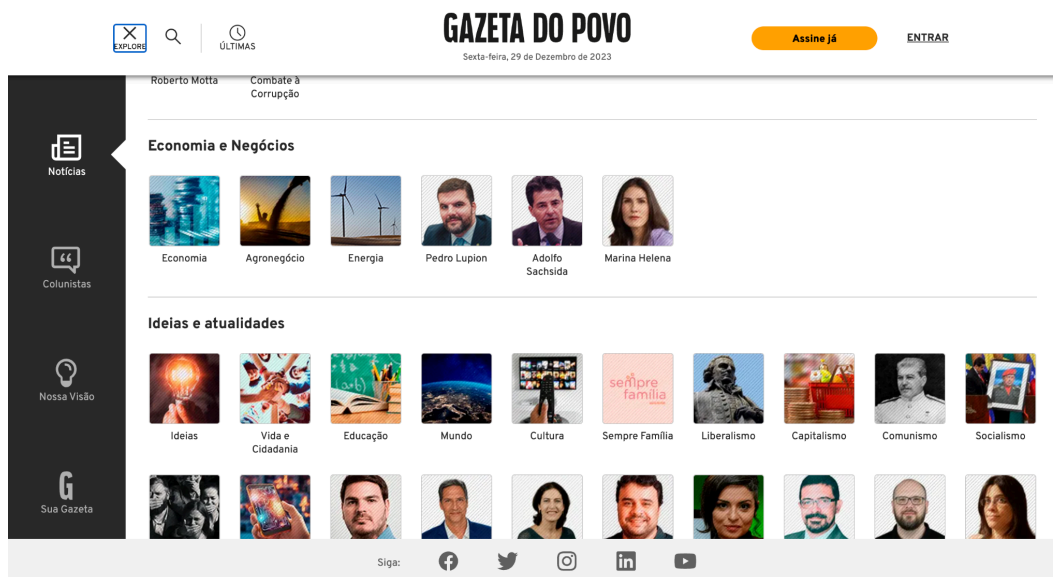
Em entrevista para a mesma reportagem o jornalista e colunista político Rogerio Galindo, ex-funcionário da Gazeta do Povo, descreve como a seção “Sempre Família” compõe um conjunto de editorias chamadas internamente de *ethos* do portal. Diferentemente da cobertura de política local, nesse “núcleo duro” não haveria espaço para opiniões divergentes dos valores conservadores do jornal (MARTINS, 2018). Dentro dessa seção há ainda outras subseções, como “Casamento e Compromisso”, “Comportamento” e “Defesa da Vida”, entre outras.

A subseção “Defesa da Vida” inclui não só artigos que tratam diretamente da pauta antiaborto, mas matérias sobre maternidade, gestação, parentalidade, adoção etc (GAZETA DO POVO, 2023). As opiniões nem sempre são sinalizadas e

declaradas explicitamente, mas ao analisarmos os artigos podemos observar um conjunto de valores, comportamentos e instituições implícitos nas falas, nos juízos e nas referências contidas nos textos e nas imagens.

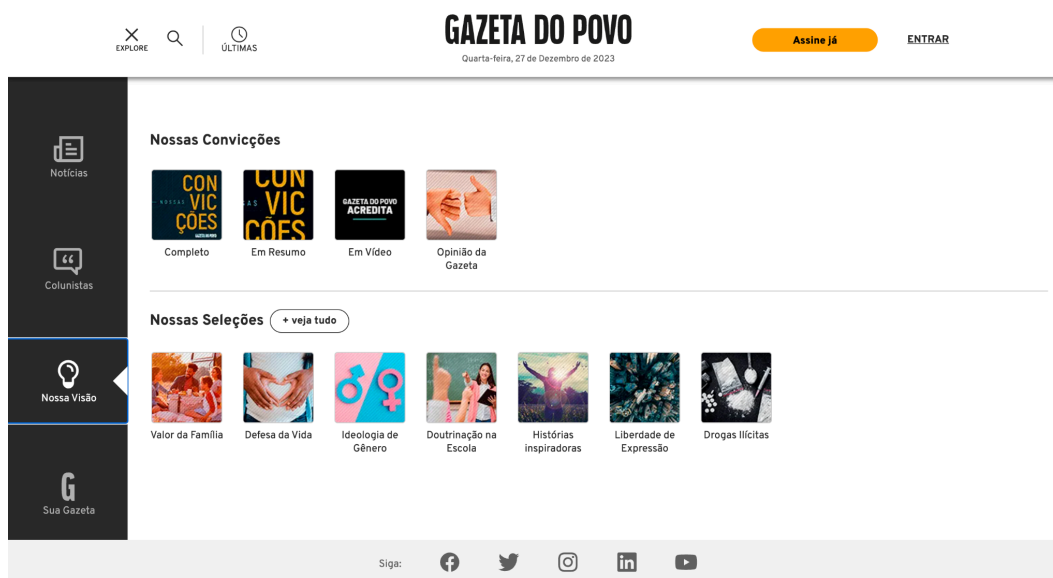
Além da seção "Sempre Família" que pode ser encontrada no menu do portal na parte "Notícias" (Figura 2), há uma opção "Nossa Visão" no menu onde há uma seleção de artigos sob filtros como "Valor da Família", "Defesa da Vida", "Ideologia de Gênero", "Doutrinação na Escola", "Histórias inspiradoras", "Liberdade de Expressão" e "Drogas ilícitas" (Figura 3).

Figura 2 - Captura de tela do menu do portal Gazeta do Povo ao clicar na opção "Notícias".



Fonte: GAZETA DO POVO (2023d).

Figura 3 - Captura de tela do menu do portal Gazeta do Povo ao clicar na opção "Nossa Visão".



Fonte: GAZETA DO POVO (2023e).

Mais adiante, tomaremos como exemplo um artigo dessa seção (e sua posterior análise) para introduzirmos a hipótese de que a repetição de determinados discursos sobre o aborto produzem e perpetuam imagens míticas. Imagens essas que não habitam somente o espaço desses artigos, mas também povoam o imaginário coletivo e os discursos orais que circulam sobre o tema.

## 2.2 Biopolítica e Brasil

No livro *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1988), Foucault articula os movimentos que evidenciam mudanças em como o poder se manifesta, se aplica e se constitui em dado período histórico. Entre esses movimentos, destaca-se uma transição marcante observada pelo autor entre os séculos XVII e XVIII da substituição de um poder (outrora soberano) de “causar a morte ou deixar viver” por um poder de “causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, 1988, p.130). Em outras palavras, o poder passa a se incumbir de “garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem” (FOUCAULT, 1988, p.130). E a partir dessa nova perspectiva de poder sobre a vida (ao invés de poder sobre a morte), dessa nova era de um *biopoder*, se desdobram outros paradigmas observados por Foucault.

Analisando esse biopoder, Foucault descreve suas manifestações em duas formas que são distintas porém correlacionadas. As *disciplinas do corpo*, centradas no

corpo como máquina, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos (...) (FOUCAULT, 1988, p.131).

E a *biopolítica*, centrada no

corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos; a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; (...) (FOUCAULT, 1988, p.131).

A cada uma dessas formas é observado também o desenvolvimento de instituições, conhecimentos, práticas, técnicas e agenciamentos específicos. De forma sintética, podemos dizer que o biopoder é um poder que se ocupa simultaneamente da “administração dos corpos” e da “gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988, p.131).

Em seu texto, Foucault ilustra o período no século XVIII em que o desenvolvimento econômico e agrícola, o aumento da produtividade e recursos resultaram em um crescimento demográfico que permitiu esse deslocamento de uma “ocupação” estritamente sobre a morte para um controle sobre a vida, e os novos efeitos de poder decorrentes dessas mudanças. Além de contextualizar esse período, essa descrição também nos permite ter um melhor entendimento da conceituação do termo “biopolítica”:

(...) os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. (...) Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver (...) cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (...) [D]everíamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; (...). (FOUCAULT, 1988, p.134)

Taxa de natalidade, incidência de práticas contraceptivas, taxa de fecundidade, demografia e taxa de longevidade são alguns exemplos de elementos que passam a integrar essa forma política. Mais especificamente, podemos dizer então que qualquer discurso que se ocupe da investigação, controle, mapeamento, levantamento, questionamento, intervenção, regulação, administração e gestão da reprodução social (inclusive sobre o aborto) passa a ser uma forma de exercício biopolítico do poder.

Assim sendo, torna-se mais evidente a correlação entre a necessidade de um aprofundamento na análise dos pormenores dessa forma política de gestão da vida e os desdobramentos que nos levam à recorrência de determinados discursos antiaborto. A fim de evidenciarmos essa relação, examinaremos fatos históricos ocorridos entre 2018 e 2022 à luz dos mencionados escritos de Foucault que nos permitam contextualizar esses discursos.

Os meios e ferramentas que se ocupam da mensuração desse ente surgido no século XVIII denominado “população” (FOUCAULT, 1988, p.28) pertencem ao campo de saberes, ciências e agenciamentos da biopolítica, da gestão da vida. Dito isso, o que vai nos interessar para nossa análise é, sobretudo, observar como discursos biopolíticos produzem determinados poderes e subjetividades. Especificamente, os discursos biopolíticos de caráter antiaborto no Brasil.

No entanto, é necessário mantermos em vista também os discursos que se alinham à favor da descriminalização das pessoas que abortam e da legalização do aborto. Tanto para ilustrar de maneira mais abrangente o cenário do Brasil no período entre 2018 e 2022, quanto para entendermos os efeitos e implicações mútuos de todo um espectro de orientação de discursos, de uma margem à outra. Um exemplo importante para essa contextualização é a Pesquisa Nacional de Aborto, tanto pelo seu ineditismo, quanto pelo seu alcance e repercussão, e também por outros fatos políticos que se desdobraram a partir desse marco.

A Pesquisa Nacional de Aborto é um levantamento científico realizado consecutivamente em 2010, 2016 e 2021, e que visa coletar informações sobre o aborto no Brasil. Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro assinam o

estudo e artigo publicado em 2023 com os resultados da PNA 2021 que, assim como as pesquisas anteriores, traça um perfil das mulheres brasileiras que abortam a partir de questionários estruturados face a face e um questionário autoadministrado depositado em uma urna. Essa pesquisa foi realizada com uma amostra representativa de 2.000 mulheres selecionadas aleatoriamente com idades entre 18 e 39 anos e residentes em áreas urbanas (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023).

Os principais resultados apresentados apontam que o número de abortos tem diminuído em relação às pesquisas anteriores, mas segue sendo uma importante questão de saúde pública, e é estimado que aproximadamente uma em cada sete mulheres (15%) aos 40 anos já teve um aborto realizado durante a sua vida (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023). Um dado inédito coletado na PNA 2021 mostra que “[o] aborto é um evento que ocorre no início na vida reprodutiva das mulheres: (...) 52% tinham 19 anos ou menos quando fizeram o primeiro aborto” (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023). Comparada às duas pesquisas anteriores a pesquisa de 2021 reitera, sem mudanças significativas, o fato de que todos os perfis de mulheres, de diferentes idades, religiões, níveis de escolaridade, raça, classe social e região geográfica abortam (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023).

O recorte temporal escolhido parece ser uma condição interessante para a análise do tema do aborto no Brasil, por diferentes fatores. Um deles é a Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental (ADPF 442) apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), e cuja “petição inicial foi protocolada em março de 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), representado pelas advogadas Luciana Boiteux e Luciana Genro, em aliança com o Anis – Instituto de Bioética, representado por Gabriela Rondon e Sinara Gumieri” (CARVALHO, 2023). Segundo consta em nota na própria petição, a já citada PNA 2016 foi realizada pela Universidade de Brasília e pela Anis – Instituto de Bioética, com financiamento do Ministério da Saúde e Fundo Elas (CARVALHO, 2023). A ação, que pede a descriminalização de abortos feitos voluntariamente nas 12 primeiras semanas de gestação, teve um marco importante em agosto de 2018 (às vésperas das eleições) quando o STF promoveu uma audiência pública. Foram ouvidos “54



representantes de diversos setores da sociedade a respeito do tema, sendo 17 contrários e 37 favoráveis à legalização” (CARVALHO, 2023).

Em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Debora Diniz, fundadora da Anis, que afirmou em entrevista já receber ameaças pessoais de morte desde que começou a tratar do tema do aborto publicamente, viu as ameaças se agravarem e alcançarem pessoas próximas a ela a partir do marco da audiência no STF (da qual participou em uma fala de cerca de 15 minutos) e da onda conservadora que acompanhou a eleição de Bolsonaro, o que levou ao seu autoexílio nos Estados Unidos (CORTÊZ, 2020).

A figura que mais se destacou no governo Bolsonaro em relação a manter o aborto (e o discurso antiaborto) em pauta foi a então chefe do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora e advogada Damares Alves. Antes mesmo da posse do então novo governo, ela declarou à imprensa que "o projeto mais importante em tramitação no Congresso Nacional é o estatuto do nascituro" (CANCIAN; CASADO, 2018).

O Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) é um um projeto de lei que tramita na Câmara desde 2007 (sofrendo diversas alterações) e dispõe sobre a "proteção integral ao nascituro", incluindo em seu texto a sua definição como um ser de direitos, existente desde a concepção (inclusive fetos "in vitro"), do qual se buscaria a "proteção jurídica" através deste estatuto (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2007). Um outro ponto elencado por esse PL é a concessão de uma pensão alimentícia ao "nascituro concebido em um ato de violência sexual" (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2007), o que ficou popularmente conhecido como "bolsa-estupro".

Em consonância com a declaração de Damares, em outubro de 2020 o governo federal enunciou no decreto "Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031" como uma das "orientações" ao desafio de "efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania (...) promover o direito à vida, **desde a concepção** até a morte natural, observando os **direitos do nascituro**, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes;" (BRASIL, 2020, grifo nosso). Sobre o decreto, Gabriela Rondon

(advogada da Anis) declarou em reportagem que o objetivo do uso do termo "nascituro" é "tentar conferir determinados direitos fundamentais ao embrião em conflito com os da gestante" (COLETTA, 2020).

Ainda no mesmo artigo sobre o tema, é lembrado como a gestão desse governo levou adiante entre 2018 e 2020 uma série de medidas restritivas, editou portarias do Ministério da Saúde e decretos. Mesmo não proibindo explicitamente as formas de aborto legal já previstos na legislação e em entendimento do STF<sup>3</sup> essas medidas atuam, na visão de especialistas em saúde e da Defensoria Pública, segundo outros mecanismos: "reduzem a proteção de mulheres", "intimidam gestantes que buscam o procedimento", "servem para "esvaziar" políticas públicas direcionadas à saúde reprodutiva" e "cria[m] um ambiente de desinformação e aparente insegurança jurídica, que tem efeitos práticos porque dificulta ainda mais o acesso de mulheres aos serviços de aborto legal" (COLETTA, 2020).

Foi também em 2020 que o governo federal, através dos ministérios de Relações Internacionais (Ernesto Araújo) e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Damares Alves), assinou a chamada "Declaração do Consenso de Genebra", um documento organizado pelos países Brasil, Estados Unidos, Egito, Hungria, Uganda e Indonésia e posteriormente assinado por outros. A fala de Araújo na cerimônia coloca um dos principais pontos da declaração, e a posição então adotada pelo Brasil: "dever de proteger a vida humana desde a concepção, rejeitamos categoricamente o aborto como método de planejamento familiar, assim como toda e qualquer iniciativa em favor do direito internacional ao aborto" (G1, 2020).

Voltando ao cenário no campo legislativo, a plataforma de monitoramento "Elas no Congresso" da Revista AzMina realizou em 2021 um levantamento dos 649 projetos de lei (PLs) sobre gênero criados entre 2019 e 2020, e fez uma análise junto a 17 organizações que trabalham com os direitos das mulheres. Entre os resultados da pesquisa foi constatado que nesse período houve um crescimento de 56% nos PLs que tratam do tema aborto (16 PLs sobre aborto em 2019 para 25 Pls

---

<sup>3</sup> A realização do aborto é permitida nos casos onde há risco de vida para a gestante ou quando a gravidez é resultado de um estupro (Artigo 128 do Código Penal) e nos casos em que o feto é anencéfalo (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n.º 54).

em 2020), mas o estudo aponta que 68% desses projetos são desfavoráveis. (LIBÓRIO, 2021) Além daqueles PLs que tentam atacar direitos já garantidos (como o acesso ao aborto legal), o levantamento indica que grande parte dos projetos "negativos" se concentram "exclusivamente na punição do autor da violência", o que aumentaria o encarceramento no Brasil "e, segundo as organizações consultadas, não resolveriam as questões estruturais dos problemas que envolvem gênero no país" (LIBÓRIO, 2021).

A análise dos resultados também aponta que a presença das parlamentares é um dado importante para a leitura desses números: "82% das mulheres parlamentares eleitas apresentaram PLs sobre gênero, enquanto apenas 46% dos homens parlamentares fizeram o mesmo" e "69% dos projetos desfavoráveis têm autores ou coautores homens, enquanto apenas 33% deles têm autoria ou coautoria de mulheres (lembrando que um projeto de lei pode ter autores de ambos os gêneros)" (LIBÓRIO, 2021).

O que esses discursos antiaborto representam, entre outras camadas de sentido, em uma esfera de Estado, de políticas públicas que incidem sobre e gerem as vidas de toda uma sociedade? Refletem os discursos de diferentes setores dessa sociedade, inclusive de instituições de poder-saber (como as igrejas). Com essa pergunta em mente, retornamos à análise de Foucault sobre a questão da “população” no século XVIII, em que se diz:

Passa-se (...) para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilaram, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. (FOUCAULT, 1988, p.29)

E sobre esse discurso natalista ou antinatalista direcionado à população, temos um exemplo ímpar no Brasil de 2018 para somar à nossa análise. Viviane Petinelli e Silva, do Instituto de Políticas Governamentais (IPG), expôs em sua fala na audiência do STF referente à ADPF 442 o argumento de que “a descriminalização do aborto contribuiria para promover o aumento da prática” e também defendeu “a função da mulher como reprodutora, a serviço de uma demanda demográfica e socioeconômica” (PETINELLI apud GUIMARÃES, 2018). Segundo a exposição,

o Brasil estaria em um momento “favorável de transição demográfica, caracterizada pela queda das taxas de mortalidade e fecundidade” (bônus demográfico), “com maior proporção da população economicamente ativa, em relação ao número de dependentes” (PETINELLI apud GUIMARÃES, 2018). Ela diz:

Enquanto um procedimento que reduz a taxa de fecundidade e natalidade de uma nação, o abortamento modifica a médio e a longo prazo a estrutura etária da população, o que traz implicações para políticas públicas, políticas de saúde e de previdência social em especial. Neste momento, em que o país experimenta o bônus demográfico, a melhor decisão é a não decisão, a não interferência na política populacional do país. O abortamento não é um problema de saúde pública, mas se tornará um e causará muitos outros, caso seja descriminalizado (PETINELLI apud GUIMARÃES, 2018).

Na mesma audiência esse discurso é refutado pela médica sanitarista Tânia Lago, pesquisadora do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, que lembra que mesmo sendo criminalizado, o aborto não deixa de ocorrer. Isso significa que o aborto já estaria atuando como “regulador da fertilidade” (LAGO apud GUIMARÃES, 2018), mas a ilegalidade impede que a sua real influência na dinâmica populacional seja mensurada. Além desse argumento, um outro trecho de sua fala se apresenta como uma janela interessante para compreender melhor o histórico dessa linha de raciocínio “demográfica” que se perpetua em discursos antiaborto até hoje:

A gente passou anos até a Conferência de População de Bucareste, em 1974, na qual conseguimos dizer aos demógrafos ‘não pensem nas mulheres como motor da demografia’. Naquela época os demógrafos diziam ‘a miséria existe porque essas mulheres ficam transando e tendo filhos’. Se hoje os demógrafos vão dizer que nós estamos causando o problema contrário, aí não adiantou nada. (...) (LAGO apud GUIMARÃES, 2018)

Em entrevista posterior à audiência, ela atribui o retorno a essa linha de argumentação “como uma forma de controle sobre o corpo da mulher”, e o seu caráter machista e retrógrado (LAGO apud GUIMARÃES, 2018). Lago também

rechaça a ideia de que caberia às mulheres “o ônus de produzir as transformações da população, seja no sentido de aumentá-la ou diminuí-la”, e que o “bônus” demográfico atingido pela redução de fecundidade citado por Petinelli não foi provocado por políticas públicas e o Estado, mas pelas próprias mulheres a fim de “minimizar os impactos negativos que a reprodução tinha sobre suas vidas” (LAGO apud GUIMARÃES, 2018).

A reportagem que fez a cobertura da audiência e reproduz essas falas também traz uma entrevista com a socióloga Jacqueline Pitanguy, que menciona a Conferência de Cairo em 1994 e os embates ocorridos nos anos 1980 e 1990 entre “controlistas” ou “intervencionistas” e o movimento de mulheres, que por sua vez teria cunhado o conceito de direitos reprodutivos. Também são citados outros períodos históricos em que os interesses políticos e econômicos que regiam os países defendiam esse argumento intervencionista, como nos anos 1960 e 1970 em que “certos países do Norte já tinham feito a transição demográfica e viam com muita preocupação o crescimento populacional dos países do Sul que se destacava em função da queda na mortalidade” (PITANGUY apud GUIMARÃES, 2018).

Esse discurso demográfico antiaborto que se perpetua é um exemplo dos diferentes formatos em que o tema aparece. Como vimos, os discursos antiaborto estão em circulação no Legislativo, no Executivo e no Judiciário brasileiro. Mas também estão nas casas, nas universidades, nos hospitais, nas igrejas, nas redes sociais, nas ruas e nos jornais.

Até aqui, fizemos um recorte desse cenário de 2018 a 2022 citando a Pesquisa Nacional de Aborto, a audiência pública da ADPF 442 no STF (cuja ação pede a descriminalização de abortos nas 12 primeiras semanas de gestação), a eleição de Bolsonaro, o retorno do Estatuto do Nascituro à circulação nos discursos através da então ministra Damarens Alves, os decretos, orientações e portarias dessa gestão sobre esse tema, a Declaração do Consenso de Genebra, os novos projetos de lei que tratam do aborto e que cuja maioria são de cunho conservador e o discurso demográfico antiaborto. A seguir veremos mais detalhadamente a relação entre dois dos ministérios do então governo federal, e como estes refletem a relação

entre neoliberalismo e conservadorismo, somando-se também a influência cristã a esta equação.

### **2.3 Valores e valores (Pauta econômica, pauta de costumes)**

Em uma entrevista dada a Rosana Pinheiro-Machado em 2020, o antropólogo Lucas Bulgarelli fala sobre a co-dependência entre as chamadas "pauta econômica" e "pauta de costumes" do então governo federal, e sobre a atuação da "militância" antigênero e pró-vida. Segundo o pesquisador, essa cisão entre os dois temas assim como o conceito de "cortina de fumaça" são características do campo progressista. Ele também afirma que as forças conservadoras não fazem essa distinção e não veem as "questões morais" como "questões menos importantes do que as questões econômicas", visto que ambas são "co-dependentes" (PINHEIRO-MACHADO, 2020).

No então governo Bolsonaro, o Ministério dos Direitos Humanos havia sido renomeado para "Ministério da Família, Mulheres e Direitos Humanos" sob o comando de Damara Alves, como já mencionamos anteriormente. Bulgarelli vê essa mudança como sinal de um deslocamento de políticas outrora de estado para o âmbito das políticas de governo. De modo que o governo Bolsonaro, por exemplo, esteve atuando em direção contrária aos recentes (e poucos) avanços de leis que garantem direitos relacionados a gênero e sexualidade.

Paulo Guedes (então responsável pelo Ministério da Economia) e Damara Alves ficaram associados às pautas "econômica" e "de costumes", e ao neoliberalismo e conservadorismo, respectivamente. Ao ser questionado sobre a articulação entre esses dois últimos conceitos, o entrevistado responde:

O neoliberalismo do jeito como tem sido desempenhado não parte só de um projeto político e econômico, mas também de um projeto relacionado à construção de uma **subjetividade política e econômica da sociedade**. (...) Pois o projeto neoliberal de Hayek, um dos pais da Escola Austríaca e deste movimento neoliberal, é um projeto político e um projeto moral também. De acordo com a cientista política Wendy Brown, ele busca manter hierarquias e faz isso por meio da negação do social e da capacidade democrática dos estados de interferir em temas sociais relacionados a gênero, à sexualidade, às crianças e aos adolescentes (PINHEIRO-MACHADO, 2020, grifo nosso).

Sendo assim, existe então uma interdependência entre essas duas esferas. Há uma "racionalidade neoliberal" que fundamenta medidas políticas e econômicas de caráter conservador, que otimizam a exploração do trabalho e desmontam "garantias sociais para grupos vulneráveis" (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Já as campanhas antigênero e pró-vida, representativas do conservadorismo, "incorporam elementos centrais do neoliberalismo, como a mercantilização das atividades do estado, como educação, saúde, assistência social" (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Como um exemplo no contexto desse governo em análise, Bulgarelli cita a campanha de *homeschooling* empreendida pelo Ministério de Damares, através da qual a família ficaria encarregada de um papel que cabe ao estado garantir (a educação), buscando-se assim retirar do mesmo a responsabilidade sobre essa questão.

Bulgarelli salienta que esse conservadorismo não é exclusivamente cristão, mas tem uma forte influência cristã. Ele cita como exemplos dessa influência as doutrinas da teologia do corpo ("desenvolvida pelo papa João Paulo II, que significou uma reação católica ao avanço dos direitos de gênero e sexualidade proporcionado pelo movimento feminista nos anos 70 e 80") e a teologia da prosperidade (que segundo ele é "bastante comungada por setores evangélicos") (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Sobre isso, o pesquisador sintetiza:

Então, tanto a teologia do corpo (por meio da valorização do papel da mulher na estrutura familiar) quanto a teologia da prosperidade (como essa forma de alcançar o divino por meio do desenvolvimento e da acumulação material) têm uma ligação muito forte com o neoliberalismo por meio dessa lógica conservadora, e o conservadorismo também encontra guarida na lógica neoliberal. (PINHEIRO-MACHADO, 2020)

Ainda sobre essa influência cristã, Bulgarelli disserta sobre a aliança entre católicos e evangélicos nesse ponto específico da "militância pró-vida", por exemplo. Segundo ele, "a agenda antigênero e pró-vida no Brasil é uma agenda com uma atuação transnacional com particularidades regionais", e que no país essa atuação se verifica através "tanto de um ativismo de juízes, promotores, psicólogos, psiquiatras, quanto por uma atuação forte da Igreja Católica e de setores evangélicos" (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Ele destaca o alcance dessa atuação tanto no Congresso quanto no Judiciário (sobretudo no STF) e no Executivo federal (como no caso do governo Bolsonaro) e estadual.

No entanto, o antropólogo cita a pesquisa da cientista política Camila Rocha (ROCHA apud PINHEIRO-MACHADO, 2020) para verificar que o discurso e o movimento antiaborto não estão circunscritos exclusivamente ao campo da religião (inclusive em termos de apoiadores, interlocutores e atores). O pesquisador sugere então que pensemos essas articulações por meio do conservadorismo. E que, ao analisarmos o engajamento de pessoas comuns nesse tipo de discurso, vejamos que:

Enxergar o fenômeno das campanhas antigênero e dos grupos pró-vida somente pelo viés individual, tachando os apoiadores de fanáticos ou de fundamentalistas, nos faz perder de vista as articulações nacionais e transnacionais que constituem esses movimentos. (PINHEIRO-MACHADO, 2020)

Sobre essas articulações nacionais e transnacionais, o jornal El País publicou uma reportagem em 2019 intitulada "Como o lobby contra o aborto avança no Brasil", em que são citados uma série de grupos e organizações no Brasil que militam e/ou fazem lobby político contra o aborto (VILLAMÉA; TARANTINO, 2019). Entre estes grupos são mencionados: "Movimento Legislação e Vida"; "Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família" (segundo o artigo, reunia mais de



200 congressistas na então legislatura, incluindo evangélicos, católicos e espíritas); “Movida”; “Brasil Sem Aborto – Movimento Nacional da Cidadania pela Vida” (do qual a ministra Damares era então secretária nacional de Relações Institucionais, segundo o artigo); “Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure, que “oferece bolsas e dá cursos para formar juristas antiaborto”); “Alliance Defending Freedom” (“organização cristã sem fins lucrativos que atua no direito à liberdade religiosa e aos direitos fundamentais”, de onde vem um dos professores do curso oferecido pela Anajure, sediada no Arizona); “Human Life International” (“maior organização antiaborto do mundo”, entidade americana que “participou da criação do Movimento em Defesa da Vida” no Rio de Janeiro, segundo o artigo); “Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família”; “Cervi – Centro de Reestruturação para a Vida” (“inspirado nas organizações americanas Pregnancy Resource Center (PRC) e Life International (LI), que inicialmente financiaram sua atividade”); “Movimento GBM” (“Fundado em 1973”, “o mais antigo grupo de pressão contra o aborto do país”, e cujo nome foi dado em homenagem à Gianna Beretta Molla, médica italiana que optou por manter uma gravidez de risco ao invés de recorrer ao aborto, e que morreu após o parto) (VILLAMÉA; TARANTINO, 2019).

O levantamento dos grupos citados no artigo e suas relações entre si indicam uma grande influência de religiões cristãs na existência desses movimentos, sobretudo (mas não exclusivamente) a católica, e apontam a forte influência, seja como inspiração, financiamento ou parceria, de organizações antiaborto norte-americanas. Também mostram um movimento expressivo tanto de lobby político no Congresso Nacional quanto de políticos eleitos sobretudo pela sua atuação prévia no movimento antiaborto, o que resulta em novos projetos de lei que visam proibir o aborto em qualquer circunstância, além de influência em votações de projetos sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e ações para evitar que o STF decida sobre questões relativas à descriminalização do aborto, buscando “neutralizar” o “ativismo do Supremo” (VILLAMÉA; TARANTINO, 2019).

O conservadorismo, seja dentro do campo da religião ou não, aparece e se reafirma em discursos que envolvem alguns conceitos recorrentes. A seguir, nos

deteremos em um desses conceitos, o qual atravessa profundamente os discursos antiaborto.

## 2.4 O conceito de família

Voltando à entrevista conduzida por Rosana Pinheiro-Machado, é pertinente recuperarmos e nos determos em um conceito-chave na articulação entre uma "ética neoliberal" e uma "ética conservadora", o conceito de "família":

A família atua como o ente por meio do qual se terceiriza a gestão da esfera reprodutiva e doméstica da vida. As ações do ministério da Damares terceirizam à família um papel que caberia ao estado. (PINHEIRO-MACHADO, 2020)

Essa citação recupera a noção, já citada, de uma moral neoliberal e de subjetividades que se constroem a partir do neoliberalismo. Nesse ponto Bulgarelli cita os escritos de Wendy Brown, nos quais também nos debruçaremos para aprofundarmos nossa análise sobre aspectos do neoliberalismo.

No texto "O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI" (2019) Wendy Brown trata, entre outros pontos, da eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e do que ela identifica com uma forma política a partir da "conjuntura da razão neoliberal, do poder branco masculino injuriado, do nacionalismo, de um niilismo não reconhecido" (BROWN, 2019, p.19). Ela constrói seu texto articulando sobretudo três autores (Friedrich Hayek, Nietzsche e Marcuse), mas para nós interessa trazer aqui uma de suas reflexões acerca da razão neoliberal e seus efeitos no cenário político contemporâneo.

Ao falar da "racionalidade política de nossa época", Brown introduz o entendimento específico de "liberdade" para Hayek que, de forma resumida, significaria a liberdade "onde não existe coerção humana intencional", "independência da vontade arbitrária de outrem"; uma liberdade no sentido de mercado liberal (BROWN, 2019, p.23-24). Também é antagônica à vida política, que segundo Hayek "comprometia a liberdade individual e a ordem e progresso

espontâneos que ela gera quando disciplinada (e, portanto, responsabilizada) pela competição" (BROWN, 2019, p.23-24).

Brown salienta também que a noção de liberdade neoliberal não se restringe ao campo da economia, e que onde a mesma ocorre "tanto a desregulamentação quanto a privatização se tornam princípios morais e filosóficos amplos" (BROWN, 2019, p.23). Dito isso, ampliamos a visão para os campos que a racionalidade neoliberal pode alcançar, deixando de ser percebida só como teoria econômica para ser observada como teoria "cosmológica".

A autora então propõe uma pergunta, de como essa expansão se dá – o que nos trará ao caminho de nossa reflexão. Segundo ela, a resposta usual é "pela privatização dos bens públicos e a responsabilização dos sujeitos" (BROWN, 2019, p.25), mas não só isso, não só o aspecto econômico dessa privatização. Brown se refere então à ambição de Hayek de um avanço do privado sobre o público, limitando assim o alcance (ou a "coerção") da política e das normas democráticas, de conceitos relativos ao que é entendido como "social" e até de princípios de civilidade. A autora cita como exemplo dessa investida, no contexto dos Estados Unidos, a expansão de direitos civis individuais (como "direito de expressão sem restrições ou direito de consciência religiosa") a corporações<sup>4</sup>, mas mais do que isso:

Expandir a "esfera pessoal, protegida" é também uma maneira de fazer entrar os valores *familiares*, seus regulamentos e reivindicações para dentro dos espaços públicos até então organizados pelas leis e normas democráticas. Dessa forma, o social e o público não são somente *economizados*, mas *familiarizados* pelo neoliberalismo: em conjunto estes contestam os princípios de igualdade, do secularismo, pluralismo e inclusão no cerne da moderna sociedade democrática, permitindo que sejam substituídos por aquilo que Hayek chamou de "valores tradicionais morais" da "esfera pessoal, protegida" (BROWN, 2019, p.27).

E continua:

---

<sup>4</sup> Um exemplo interessante para acrescentar à nossa reflexão, dado pela autora, diz respeito à liberdade religiosa concedida a empresas que desejam "negar cobertura de seguros para os empregados para métodos de controle da natalidade por eles considerados como não cristãos" (BROWN, 2019, p.27)

A privatização *econômica* neoliberal subverte profundamente a democracia. Ela gera desigualdade, exclusão, a propriedade privada dos bens comuns, a plutocracia, e um imaginário democrático profundamente obscurecido. A segunda ordem de privatização que temos considerado, entretanto, subverte a democracia por meio de valores antidemocráticos ou "familiares" (...). Promove uma guerra familiar, e não uma guerra de mercados, aos princípios e instituições democráticas. Coloca em posição a exclusão, o patriarcalismo, a tradição, o nepotismo e o cristianismo como contestações legítimas à inclusão, à autonomia, à igualdade de direitos, limitações a conflitos de interesse, ao secularismo e ao próprio princípio de igualdade. (BROWN, 2019, p.28)

Guardadas as diferenças entre as nações do norte global citadas por Brown (Estados Unidos, França, Reino Unido) e o Brasil, podemos observar as semelhanças no movimento político de privatização (tanto econômica quanto de subversão da democracia), de incursão de "valores familiares" na esfera pública, de um conservadorismo e patriarcalismo. Como exemplo dessas semelhanças, retomando a fala de Bulgarelli sobre o projeto bolsonarista representado pelas ações de Guedes e Damares, ambos atuam por meio de ataques aos direitos sociais, "ao papel do estado na interferência e assuntos que são considerados privados", entre outras medidas de teor similar. (PINHEIRO-MACHADO, 2020)

Continuando a investigar essa figura da família e da casa (nos discursos políticos, muitas vezes como metáfora<sup>5</sup>), partiremos para outros exemplos. A teologia do corpo, por exemplo, reafirma o papel da mulher na estrutura familiar (e na sociedade), como vimos anteriormente. Mas para além dos escritos papais, os discursos conservadores também são manifestos em outros meios mais mundanos, como revistas femininas e anúncios de eletrodomésticos. Mais adiante trataremos de formas e características específicas de discursos antiaborto, que é o nosso foco. Mas antes disso, é oportuno observarmos um exemplo de uma articulação entre um dado discurso sobre família, o papel da mulher nessa instituição e certas implicações econômicas da conjunção desses elementos.

---

<sup>5</sup> Brown cita, entre outras, as falas: "é preciso que tenhamos as chaves para abrir a casa da França, entreabri-la, [ou] fechar a porta" de Marine Le Pen (Collins apud Brown, 2019, p.32); "o que eles estão fazendo *chez moi*?" de "um prefeito de uma pequena cidade, autodenominado 'moderado' apoiador de Le Pen, [que] perguntou a respeito 'dos jovens emigrantes bem vestidos' em sua cidade" (Collins apud Brown, 2019, p.32); "(...) um muro que teria 'uma grande e bela porta' pela qual os entrantes legais do sul poderiam vir visitar ou juntar-se à 'nossa família'" de Donald Trump em sua promessa de campanha eleitoral (Johnson apud Brown, 2019, p.32).

No capítulo "A economia de trabalho no lar" do livro "Objetos de desejo" (do qual falaremos mais detalhadamente mais adiante) Adrian Forty (2007) trata do design e da história de eletrodomésticos e dos discursos presentes nesses objetos (e transmitidos através deles). Em "Mitologias do trabalho doméstico", o autor se detém nos mecanismos de transposição do paradoxo do trabalho-que-não-é-trabalho:

Um dos motivos mais fundamentais para que as pessoas não considerassem o serviço doméstico trabalho no mesmo sentido que datilografar cartas em um escritório ou fechar caixas de papelão em uma fábrica tinha a ver com as exigências domésticas conflitantes feitas em relação às mulheres. Nas sociedades ocidentais do começo do século XX, passou-se a supor que a única maneira de uma mulher obter realização pessoal e reconhecimento era ser bem-sucedida no papel de dona-de-casa e mãe, um pressuposto que só começou a ser questionado abertamente nos anos 1960. Durante a maior parte desse século, apesar dos padrões opostos aplicados em tempos de guerra, ambos os sexos davam por certo que as mulheres deveriam tirar prazer do trabalho doméstico, de cuidar da casa e da família - um ideal simples de compreender, mas que a natureza mesma do serviço doméstico tornava impossível. Uma vez que esse tipo de trabalho não era recompensado em dinheiro, mas com a moeda presumivelmente superior da satisfação sentimental, tornava-se fácil acreditar que era diferente dos outros. No entanto, julgado pelos padrões usualmente aplicados aos demais tipos de trabalho, o serviço doméstico se sai mal, pois é cansativo e solitário, as horas são longas e as tarefas não têm fim (FORTY, 2007, p.281).

E continua:

A natureza de dever do serviço doméstico foi reconciliada com a expectativa de que também deveria ser uma expressão voluntária de amor, por meio da idéia de que não é, de fato, trabalho - idéia que foi representada incessantemente pela publicidade, pelos meios de comunicação, por matérias em revistas femininas e pelo design das cozinhas e dos aparelhos domésticos, até adquirir a força de "senso comum" (FORTY, 2007, p.281).

Esse estudo nos proporciona observar um exemplo de um discurso sobre a família (e o pressuposto papel da mulher nela) e a ação desse discurso no contorno de

uma dada subjetividade, além de uma implicação de característica econômica nessa equação. Sobre essa implicação econômica, que é importante acrescentarmos à nossa análise de correlação entre o conservadorismo e o neoliberalismo, articularemos outras referências a seguir.

Ao trazermos previamente o conceito de biopoder de Foucault, do poder que se ocupa da vida, do corpo como "máquina" e do corpo enquanto espécie, introduzimos os desdobramentos da gestão/administração da vida e do recém-surgido ente "população" no século XVIII tratados pelo autor. Continuando por esse caminho, Foucault disserta sobre a importância desse biopoder na organização econômica:

Este bio-poder (sic), sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (...) se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política (sic), inventados no século XVIII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; (...) (FOUCAULT, 1988, p.132).

Dito isso, podemos evidenciar as relações entre as técnicas de poder – como o exemplo do discurso do trabalho doméstico não remunerado – que são em si efeito e instrumento, e a sua ação no desdobramento dos processos econômicos em curso. Da mesma forma, podemos pensar em outros discursos (como os que veremos no próximo capítulo) e suas correlações com os discursos neoliberais no contexto específico destacado.

Articulando-se os elementos e conceitos tratados (família, papel da mulher, trabalho doméstico, conservadorismo, capitalismo, neoliberalismo) e aproximando-os do nosso contexto territorial, social e temporal, traremos um exemplo de mensuração concreta dessa correlação: o chamado "PIB da vassoura".

"PIB da vassoura" é uma expressão popularizada para se referir ao efeito do trabalho doméstico não remunerado na economia do país, um PIB oculto. Segundo o que os pesquisadores do artigo "10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil" (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2013) concluíram:

(...) o valor do produto interno bruto não incluído na Contabilidade Nacional é mais de 12% do que de fato é contabilizado pelo método utilizado pelo cálculo “tradicional” do PIB. Dito de outro modo a sociedade brasileira é 12% mais rica do que até agora se reconhecia e que agregando-se este valor ao longo da década [2001/2011] o Brasil produziu outro PIB, secreto, que não se conhecia, mas que corresponde a reprodução da vida no País. (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2013)

O estudo também concluiu, entre outros pontos, que há uma "naturalização do trabalho reprodutivo como sendo necessariamente feminino" e que "este trabalho é socialmente reconhecido como uma “obrigação” das mulheres" (segundo os autores, de acordo com as informações da PNAD/IBGE) (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2013). Estes conceitos e expressões nomeados como "naturalização", "senso comum", "socialmente reconhecido" serão importantes para o nosso estudo da mitologia barthesiana e suas características, como veremos em seguida.

Em um artigo no portal do Partido dos Trabalhadores (PT) na seção da "Secretaria Nacional de Mulheres do PT" sobre a "Economia do cuidado" – expressão usada para designar essas atividades de que depende toda "reprodução social da vida humana" (cuidados da casa, de crianças, de idosos, por exemplo) – publicado em 2022, é citada uma pesquisa da professora de economia Hildete Pereira de Melo (a mesma do estudo citado acima) (FERRARI, 2022). Além de mencionar um caderno acerca do tema (elaborado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados, do qual a então deputada federal do PT Ana Perugini era presidenta) e de um projeto de lei, o artigo articula a mensuração desse trabalho invisibilizado com políticas públicas:

Ao se medir a Economia do Cuidado, seria possível gerar informação relevante para construção e melhoria das políticas públicas, em especial as de educação, proteção social e emprego e renda, segundo a Comissão de Defesa de Direitos da Mulheres, da Câmara Federal. Além disso, será possível tirar da família o peso da carência das políticas públicas e responsabilizar o Estado por políticas relacionadas à Economia do Cuidado, como a criação de creches e escolas em período integral, por exemplo, de modo que a mulher tenha mais tempo para o trabalho formal e geração de renda. (FERRARI, 2022)

Destacamos esse trecho a fim de fazermos uma comparação com citações trazidas anteriormente e nossa reflexão. Na entrevista de Bulgarelli, é citada a campanha de *homeschooling* empreendida pelo Ministério de Damares, tanto no âmbito da privatização neoliberal do aparato público quanto na "desresponsabilização" do Estado em assuntos que passam a ser privados, deslocados para o ambiente familiar. Vimos também que isso é comum ao projeto neoliberal de uma privatização ubíqua, de uma negação completa do "social" (como inimigo da "liberdade"), da ação de restrição do alcance da política e das normas democráticas aos assuntos "privados" e da entrada dos valores "familiares" na esfera pública em detrimento das liberdades democráticas (e princípios como de igualdade).

Como no trabalho do cuidado invisibilizado que sustenta e torna possível o funcionamento da sociedade e, de forma mais ampla, o modelo econômico em curso (capitalismo), nos debruçaremos a seguir sobre discursos que naturalizam e sustentam os "valores familiares", tornam papéis de gênero "senso comum", e que tornam essência aquilo que é histórico e social.



### **3. Mitologia e maternidade no Brasil**

Em 1956 Roland Barthes descreveu em seu livro “Mitologias” a inversão que define a sociedade burguesa e que é operada através do mito: a transformação da História em Natureza. Nosso objetivo aqui é elucidar a operação que produz essa transformação, introduzindo os termos do sistema semiológico proposto por Barthes e posteriormente explorando essas ferramentas para nos deter na circunscrição e análise de dado mito. Vamos com isso propor uma leitura sobre como o tema do aborto é comunicado, tomando como objeto artigos publicados no portal “Gazeta do Povo”, já apresentado e contextualizado anteriormente.

Ao final do capítulo esperamos ter sido exitosos em apresentar o mito que nos propomos a ler e, no desdobramento dos próximos, ter justificado porque a mitologia é uma ferramenta interessante para se pensar o tema do aborto e qual seria o papel do design na produção de mitos.

#### **3.1 A estrutura de um mito**

Em primeiro lugar, faz-se necessário dizer porque recuperar a mitologia de Barthes para se pensar a agência do design no tema do aborto. E para dar essa resposta, vamos resumir brevemente uma parte do livro a que essa ideia se refere.

Na introdução e na segunda parte do livro *Mitologias*, Barthes (1999) sistematiza a abordagem desenvolvida por ele na escrita dos ensaios que compõem a primeira parte do volume. A ideia do mito como fala e como linguagem, explorada e descrita pelo autor a partir de uma abordagem metódica, se constrói e se define pela repetição que se dá nas suas observações e escritas de assuntos “triviais” presentes no seu cotidiano, na contemporaneidade. Como o próprio diz, “as coisas repetidas (...) significam” (BARTHES, 1999, p.8).

A partir dessa colocação, já podemos destacar a primeira característica da mitologia barthesiana: ela está situada dentro do campo maior da semiologia, do estudo dos signos. Como Barthes coloca: “A semiologia é uma ciência das formas, visto que estuda as significações independentemente do seu conteúdo”

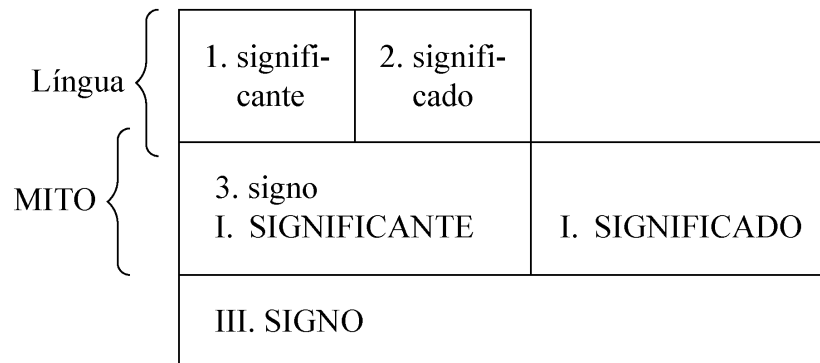
(BARTHES, 1999, p.133). O mito é também assim, circunscrito pela forma, e não pelo seu conteúdo. Portanto, tudo pode ser mito: discursos orais, escritos, fotografia, cinema, publicidade, objetos, ritos, design.

Retomando o método proposto por Barthes, ele define o mito como um “sistema semiológico segundo” (BARTHES, 1999, p.136), derivado de um primeiro. Esse primeiro sistema é definido pela correlação que une seus três termos: significante, significado e a junção dos dois primeiros, o signo (para exemplificar um sistema semiológico, que foi trabalhado por Saussure, Barthes cita a língua). A partir desse sistema primeiro se dá o desdobramento do segundo sistema que transforma a linguagem em mito, como Barthes observa:

No mito, pode encontrar-se o mesmo esquema tridimensional de que acabei de falar: o significante, o significado e o signo. Mas o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que existe já antes dele: *é um sistema semiológico segundo*. O que é signo (isto é, totalidade associativa de um conceito e de uma imagem) no primeiro sistema, transforma-se em simples significante no segundo. (BARTHES, 1999, p.136)

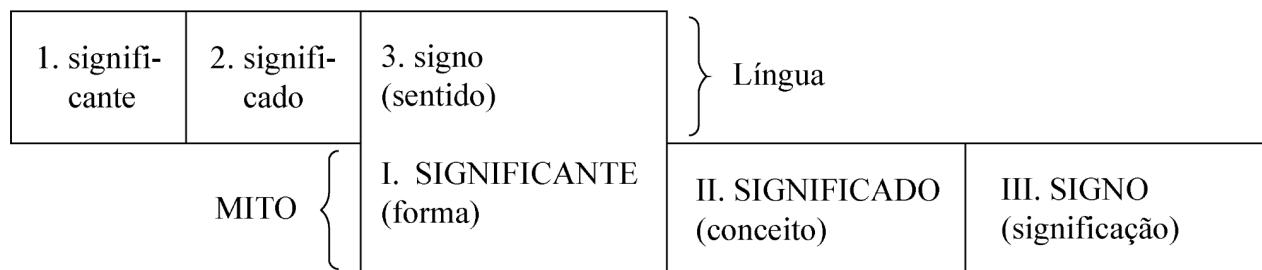
Para evitar ambiguidade, Barthes nomeia os termos do segundo sistema de forma distinta: o signo que resulta da primeira operação é nomeado “sentido” quando se refere a primeira etapa e a “forma” quando se refere a sua posição como significante da segunda etapa. O significado passa a ser “conceito”, e o signo último é a “significação”, o próprio mito. Ver a Figura 4 para o esquema proposto pelo autor no livro e a Figura 5 para um esquema proposto por nós para incluir os termos novos.

Figura 4 - Reprodução de esquema do sistema semiológico do mito no livro “Mitologias”.



Fonte: BARTHES (1999).

Figura 5 - Esquema semiológico com adição dos termos propostos por Barthes.



Dito isso, mais adiante vamos retomar essas ferramentas metodológicas para propormos a sistematização e decifração de um mito presente em discursos sobre o aborto, e assim falaremos dos termos dessa operação mais detalhadamente.

### 3.2. Madonidade

Apresentada a definição de mitologia dada por Barthes, podemos seguir e sugerir seu uso como ferramenta para pensar a comunicação sobre o aborto na sociedade brasileira.

“‘Pude tê-lo em meus braços em suas 9 horas de vida’, conta mãe que decidiu não abortar” é um desses artigos publicados na seção “Sempre Família” do portal Gazeta do Povo, e assinado por “Equipe Sempre Família”. O texto trata da história de Emma, uma mulher que, na 16ª semana de gravidez, recebeu do seu ginecologista a notícia de que o feto que ela gestava apresentava anencefalia, e que isso significava que provavelmente ele morreria após o nascimento. Diante desse diagnóstico, o conselho dos médicos foi a interrupção da gravidez, mas segundo relatado no artigo a mulher e o esposo decidiram que ela seguiria com a gestação.

O casal conta ainda que recebeu o apoio de familiares, amigos e de pessoas desconhecidas e acreditava em um milagre, tendo esperança de que o diagnóstico desaparecesse. No entanto, o bebê Pepito nasceu e após 9 horas de vida faleceu. Entre outros detalhes da história, o artigo da Gazeta do Povo termina com o seguinte trecho:

Apesar de todo o sofrimento, Emma afirma que eles foram extremamente felizes nesse tempo, que estavam sempre sorrindo e que Pepito só os fez dar ainda mais valor à vida. “Algumas pessoas me tratavam como uma heroína, e eu dizia: ‘eu não sou uma heroína, eu sou simplesmente uma mãe que está lutando por seu filho’”. (EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA, 2020)

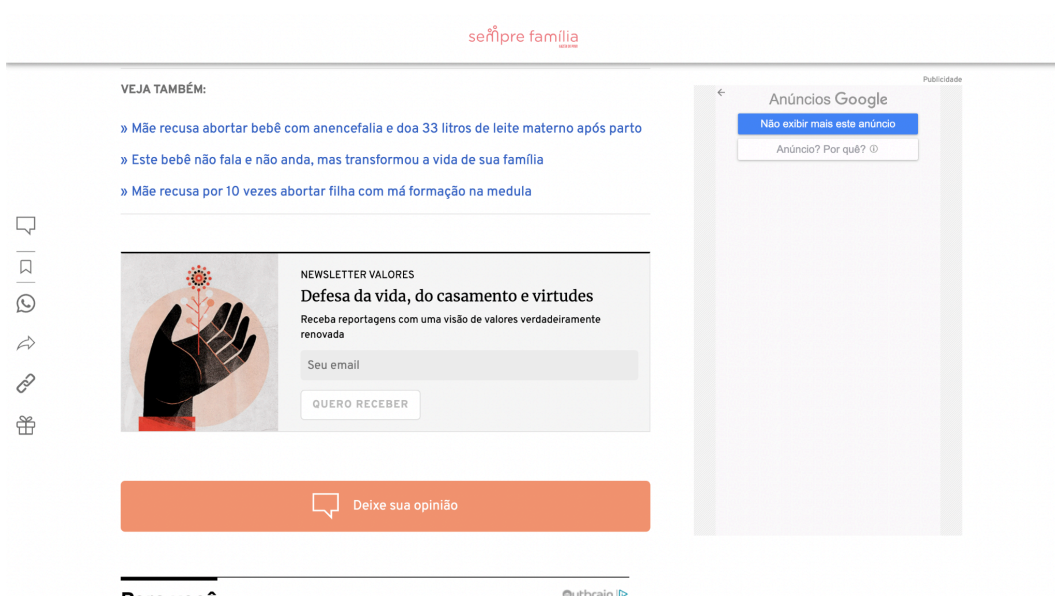
Esse pequeno trecho onde se lê “simplesmente uma mãe” é exemplar para começarmos a articular um dos mitos da maternidade no Brasil. Retomando Barthes, vamos voltar às ferramentas previamente apresentadas para sistematizar esse mito, incorporando a essa análise também uma captura de tela do portal Gazeta do Povo que traz o texto do artigo junto à foto utilizada no mesmo (Figuras 6, 7 e 8).

Figura 6 - Captura de tela do artigo sobre a história de Emma.



Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2020).

Figura 7 - Captura de tela das informações do portal ao final do artigo sobre Emma.



Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2020).

Figura 8 - Foto que acompanha o artigo sobre Emma em detalhe.



Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2020).

Na figura 6 podemos observar todos os elementos que acompanham o artigo, como visualizado pelo leitor em um navegador de um computador. No topo, vemos o cabeçalho do site com o logo, menu e botões, seguido de uma faixa rosa que sinaliza a seção “sempre família” e suas subseções, de onde esse artigo faz parte e onde o leitor se localiza. Descendo, vemos a subseção específica sinalizada (“Defesa da Vida”), seguida por elementos textuais do artigo: título, subtítulo, autor e data de publicação. Após esses elementos vemos a foto que acompanha o artigo (Figura 8), e na lateral direita a indicação de que o mesmo recebeu 7 comentários de leitores até o momento. Ao final do texto (Figura 7), vemos sugestões do portal de outros artigos relacionados, e uma caixa com um campo para preenchimento para realizar a inscrição em uma newsletter intitulada “Valores”, por onde o leitor receberia reportagens dentro dos temas de “defesa da vida, do casamento e virtudes” (EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA, 2020).

A assinatura que ilustra a seção “sempre família” (Figura 9) é composta por uma tipografia arredondada, sem arestas (o que no “senso comum” do design são características que foram atribuídas ao adjetivo “amigável”<sup>6</sup>), em caixa baixa, e a letra “M” em “sempre” é formada por um desenho que se assemelha a duas pessoas, simplificadas como em um pictograma. Apesar do “M” em “família” ter as duas curvas alinhadas na mesma altura, o desenho do “M” em “sempre” indica

<sup>6</sup> Como observado, por exemplo, nas fontes encontradas no site “Adobe Fonts” sob o filtro “Friendly”. (Adobe Fonts, 2023)

que uma pessoa é mais alta do que a outra, de forma que as duas silhuetas não são iguais. A julgar pelo caráter heteronormativo do portal e dos artigos desta seção, podemos inferir que se trata de um casal composto por uma mulher (mais baixa) e um homem (mais alto).

Figura 9 - Imagem ampliada da assinatura “sempre família”.



Fonte: SEMPRE FAMÍLIA (2023b).

Na foto (Figura 8), o casal formado por Emma e o esposo (que não tem seu nome citado no artigo e nem mencionada qualquer fala sua) estão lado a lado como no desenho do “M” e também assimétricos em altura, com o homem numa posição mais alta do que a mulher. No braço direito do pai está Pepito, no canto inferior da foto, enrolado em uma manta e vestido com um gorro que oculta a anencefalia, má formação caracterizada pela ausência de encéfalo e calota craniana. Pelos outros elementos da foto, ela parece ter sido tirada no quarto do hospital, e mostra os pais posando olhando para a câmera e sorrindo.

Como vimos anteriormente, retomando Barthes, o significante do sistema mítico é o signo de um sistema primeiro (linguístico), e a esse termo da operação foram designados dois nomes: *sentido*, quando se refere ao termo final da primeira etapa, e *forma*, quando se refere ao termo inicial da segunda etapa. Trazendo para o nosso exemplo, o sentido nessa imagem que o artigo traz é a mãe que abraça o marido que segura o filho anencéfalo recém-nascido.

Esse sentido, que é pleno em si, se esvazia para se tornar forma e receber um significado, o conceito (BARTHES, 1999, p.139). O conceito opera deformando o sentido, alienando-o, privando-o de sua história e o transformando em gesto (BARTHES, 1999, p.144). Conceito que por sua vez tem história e intencionalidade, com as quais preenche a forma vazia (BARTHES, 1999, p.140).

Por serem históricos, instáveis, passíveis de transformação e desaparecimento, Barthes argumenta que os conceitos míticos carecem ser nomeados com neologismos, para dar conta de sua efemeridade (BARTHES, 1999, p.142). Seguindo a sua regra de nomenclatura, o conceito que alimenta nosso mito será nomeado de “madonidade”. Esse termo se refere à Madona, nome dado às diferentes representações artísticas da Virgem Maria, mãe de Jesus, segundo o cristianismo.

No texto do artigo a alusão à religião aparece de forma discreta, como nos termos “milagre”, “orações”, “fé”, “espiritualmente” (EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA, 2020). No entanto, a religião permeia ora explicitamente, ora implicitamente os artigos e editoriais da Gazeta do Povo, sobretudo (mas não exclusivamente) a religião católica (SEMPRE FAMÍLIA, 2023).

A madonidade como conceito mítico traz (e insere) o tempo, a história, a geografia: a história da instituição da Igreja Católica, seus valores, rituais, sua participação na colonização portuguesa no Brasil, sua composição como fé declarada na sociedade brasileira, sua participação na cultura, na economia e na política do país, nos ritos sociais e comunitários como batizados, casamentos e festas, na arquitetura das cidades, nas leis que dizem respeito por exemplo à esfera familiar etc. E também evoca a imagem secularmente construída de Maria e seus apostos: virgem e mãe.

E no caso do conceito mítico, explica Barthes, este tem à sua disposição possibilidades de significantes ilimitadas (BARTHES, 1999, p.141). O que no nosso exemplo significa que o conceito de madonidade poderia ter outros tantos significantes que não só esse com que estamos trabalhando: “Para não abortar filha, mãe decide amputar perna após diagnóstico de câncer”; “Mãe decide levar gravidez até o fim e doar órgãos da filha ao saber do diagnóstico de anencefalia”; “Mãe recusa abortar bebê com anencefalia e doa 33 litros de leite materno após parto”; “Sofrimento não justifica nem autoriza sacrifício de bebê anencéfalo, diz CNBB” (GAZETA DO POVO, 2023a); “Mãe é mãe!” (GAZETA DO POVO, 2023b) (usando como exemplo títulos de artigos e editoriais encontrados no campo de busca por termos no portal Gazeta do Povo).



Praticar esse exercício na nossa análise é fundamental para enxergarmos o sistema mítico. Como Barthes (1999, p.141) explica: “Esta repetição do conceito através de formas diferentes é preciosa para o mitólogo, permite-lhe decifrar o mito: é a insistência num comportamento que revela a sua intenção.” Essas formas também explicitam a reiteração de um dos valores cristãos fundamentais para o conceito de madonidade e, portanto, para a significação do mito: o sacrifício.

A ação de esvaziamento do sentido pelo conceito mítico também nos remete a um outro princípio fundamental desse estudo: o mito opera transformando a história em natureza (BARTHES, 1999, p.150). O autor explica:

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação: se *constato* a imperialidade francesa sem explicá-la, pouco falta para que a ache normal, *decorrente da natureza das coisas*: fico tranquilo. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 1999, p.163-164)

Para o leitor o mito naturaliza o conceito, como se a imagem formasse “*naturalmente* o conceito, como se o significante criasse o significado (...)” (BARTHES, 1999, p.150-151). Segundo Barthes (1999, p.152) o leitor não vê ali um sistema semiológico, de valores, mas sim um sistema indutivo, um sistema de fatos. E essa operação mítica apaga a lembrança da história, da produção das coisas: “esvaziou-o [o real] de história e encheu-o de natureza” (BARTHES, 1999, p.163). Além de “natureza” e “eternidade”, uma outra palavra é chave para pensarmos sobre essa produção de efeitos: *essência*.

Dito isso, podemos elencar algumas características do último termo desse sistema semiológico: a significação, que é o próprio mito. Barthes afirma que “o mito é uma fala definida pela sua intenção (...) muito mais do que pela sua literalidade” (BARTHES, 1999, p.145), e que isso traz duas consequências para a significação:

ela se apresenta ao mesmo tempo como uma notificação e como uma constatação. A significação é tida como fato, porque a intenção é naturalizada. A significação também é sempre em parte motivada, não é nunca totalmente arbitrária: “não existe mito sem forma motivada”, e há sempre algumas analogias mantidas entre o sentido e o conceito (BARTHES, 1999, p.147-148).

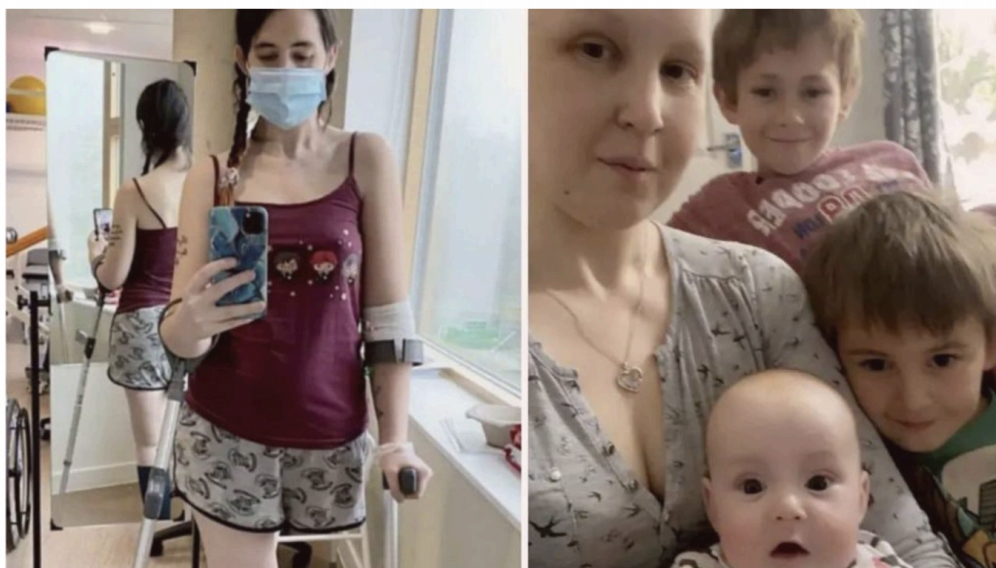
Dito isso, há outros artigos publicados pela Gazeta do Povo dentro do mesmo recorte temporal que reiteram o mito da madonidade.

Figura 10 - Captura de tela do artigo sobre mulher com câncer.



Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2021).

Figura 11 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher com câncer em detalhe.



“Estou feliz por ter decidido perder minha perna porque ela me deu minha filha”, afirmou a britânica Kathleen Osborne, de 28 anos. | Foto: Reprodução Facebook/Gistaroundyou

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2021).

Figura 12 - Captura de tela do artigo sobre mulher que doou leite materno.

GAZETA DO POVO  
Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2023.

EXPLORE | ASSINE | ENTRAR

sempre família  
Casamento e Compromisso | Comportamento | Defesa da Vida |

> Defesa da Vida

## Mãe recusa abortar bebê com anencefalia e doa 33 litros de leite materno após parto

Por Equipe Sempre Família 08/10/2019 12:17

Facebook/ Alexis Marrino | Foto:

Depois de comemorar muito ao descobrir que estava grávida, dividir a

Publicidade

Anúncios Google  
Não exibir mais este anúncio  
Anúncio? Por quê? ⓘ

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2019).

Figura 13 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que doou leite materno em detalhe.



Facebook/ Alexis Marrino | Foto:

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2019).

Figura 14 - Captura de tela do artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez.



Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2018).



Figura 15 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe.



Foto: arquivo pessoal | Foto:

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2018).

Figura 16 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe (2).



Bia e o marido, quando ainda estava em tratamento.

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2018).

Figura 17 - Foto e legenda que acompanha o artigo sobre mulher que teve câncer no início da gravidez em detalhe (3).



Bia e a família.

Fonte: EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA (2018).

Como afirmamos anteriormente, o conceito mítico de madonidade poderia ter outros tantos artigos que lhe servissem como significante (forma). Parafraseando Barthes, o mito *constata* a madonidade: é natural, evidente; às coisas e aos atos humanos o mito dá a “simplicidade das essências” (BARTHES, 1999, p.163-164). Ou, como ele diz em outro trecho, “o mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas; nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção” (BARTHES, 1999, p.163). Como é também o já citado “instinto materno”, o qual Badinter *desmitificou*, tirando-lhe o caráter de instinto (natureza) e devolvendo-lhe a produção (história).

Depois de dissertarmos sobre as mitologias de Barthes e o mito que nos propusemos nomear, cabe a nós agora refletir de maneira mais pontual sobre a relação entre a produção (e difusão) de discursos e o design.

## 4. Imagens em discurso

E qual seria o papel do design na criação, reiteração e difusão de mitos como esse? Qual é o papel desempenhado e a relevância das imagens? Antes de tentarmos responder essas perguntas, é pertinente nos aprofundarmos no conceito de discurso ao qual estamos nos referenciando.

Como já mencionado anteriormente, quando nos referirmos a "discurso", recuperamos o uso dado a esse termo por Foucault (1988). O que significa que não estamos nos referindo somente às enunciações orais e escritas, mas também a diferentes materializações que um discurso pode incorporar, tais como arquiteturas de prédios, projetos de urbanismo, regulamentos de conduta, políticas de pesquisa, eletrodomésticos, mobiliário urbano, anúncios, vestimentas, entre outros infinitos exemplos.

No caso dos artigos da Gazeta do Povo que vimos, discurso não é só o texto escrito: os elementos das fotografias, as roupas, o cenário, a expressão das pessoas fotografadas, o gênero, a cor da pele, a idade, o portal que divulga a notícia, as categorias em que as notícias são divididas, o logo, as fontes, as cores, as ilustrações etc, tudo é discurso, tudo comunica, tudo significa.

Essa leitura de "discurso" nos aproxima do que Barthes chama de "material semiológico", o que também nos remete a relevância da semiologia para a análise destes:

O desenvolvimento da publicidade, da grande imprensa, da rádio, da ilustração, não mencionando sequer a sobrevivência de uma infinidade de ritos comunicativos (ritos do parecer social), tornam mais urgente do que nunca a constituição de uma ciência semiológica. Num só dia, quantos campos verdadeiramente *insignificantes* percorremos nós? Poucos, certamente, e, por vezes, nenhum. Eis-me perante o mar: sem dúvida, ele não transmite nenhuma mensagem. Mas, na praia, quanto material semiológico! Bandeiras, slogans, tabuletas, roupas e mesmo um bronzado constituem uma infinidade de mensagens. (BARTHES, 1999, p.134)

Diante disso, nossa intenção no uso das ferramentas da mitologia é pensar a comunicação sobre o aborto na medida em que ela *significa*. Poderíamos ler e decifrar o mito operando de diferentes lugares uma vez que, como dito anteriormente, uma característica desse sistema é que um conceito pode ser manifesto em infinitas formas. Poderíamos então trabalhar somente com a escrita, somente com a imagem, ou até mesmo com os aspectos da diagramação de um jornal ou a sua disposição tipográfica. Como dito por Barthes:

“Eis porque o semiólogo deve tratar do mesmo modo a escrita e a imagem: o que ele delas retém é que ambas são *signos*, ambas chegam ao limiar do mito dotadas da mesma função significante; tanto uma como a outra constituem uma linguagem objeto.” (BARTHES, 1999, p.137)

O campo do design gráfico, como articulador de escritas, imagens, ilustrações, tipografias e outros suportes comunicacionais, se apresenta então como um lugar oportuno para se realizar uma análise mitológica dos discursos sobre o aborto.

E para além desse aspecto da leitura e decifração de mitos, cabe refletir sobre a posição do produtor de mitos, descrita por Barthes. Ao focarmos nosso olhar somente sobre o significante vazio, a forma, “a significação volta a ser literal” (BARTHES, 1999, p.149), e essa forma se torna o exemplo, o símbolo do conceito. Ele então continua: “Este modo de focalizar é, por exemplo, a do produtor de mitos, do redator de imprensa que parte de um conceito e procura uma forma para esse conceito” (BARTHES, 1999, p.149).

Incorporando essa leitura podemos então pensar o designer, seja numa posição de maior ou menor agenciamento, operando no nível da execução dessa produção concreta de mitos, articulando quais formas utilizar para ilustrar um conceito que se dá a priori. Como no exemplo dado por Barthes do redator de imprensa, o designer gráfico pode se encontrar na posição de “escolha” dos elementos visuais que virão a ilustrar determinado material gráfico (como um artigo de jornal), sendo operador (ou co-produtor) do mito.

As imagens (entre outros elementos visuais) são em si próprios discursos, como vimos. Mas mesmo nas situações de maior agenciamento na produção delas por



parte do designer, como podemos falar em termos de "criação", "responsabilidades" e "limitações"? Onde se situa o trabalho do design em um campo de relações de poder, políticas, econômicas, históricas e culturais? Para nos aprofundarmos nessa reflexão, articularemos os conceitos trabalhados até aqui com fundamentações sobre o design por Adrian Forty.

Logo na introdução do livro *Objetos de desejo* (2007), Adrian Forty traz a ideia de que o design tem a ver com lucro e transmissão de ideias, sendo portanto uma atividade significativa em termos econômicos e ideológicos. No entanto, a maior parte da literatura sobre o design até então, segundo ele, define o principal objetivo do design como sendo “tornar os objetos belos” ou como “um método especial de resolver problemas”, ignorando esses outros aspectos (FORTY, 2007, p.11).

Sobre a função de dar lucro, Forty situa o nascimento do design na história do capitalismo, e cita seu papel na “criação da riqueza industrial” (FORTY, 2007, p.11). E, a partir dessa constatação, também lembra aquilo que parece ser ignorado pela literatura: “Nas sociedades capitalistas, o principal objetivo da produção de artefatos, um processo do qual o design faz parte, é dar lucro para o fabricante.” (FORTY, 2007, p.13)

Sobre o aspecto do design enquanto transmissão de ideias, Forty menciona a “teoria estruturalista” como meio de esclarecer sua análise. De início, Forty descreve como

Os estruturalistas sustentam que, em todas as sociedades, as contradições perturbadoras que surgem entre as crenças das pessoas e suas experiências cotidianas são resolvidas pela invenção de mitos. (FORTY, 2007, p.15)

Esses mitos, segundo o autor, eram transmitidos anteriormente através das histórias, sendo estas posteriormente (a partir do século XX) complementadas por “filmes, jornalismo, televisão e propaganda” (FORTY, 2007, p.15).

Em seguida, Forty cita o livro “Mitologias” como referência, salientando como Barthes utiliza uma série de exemplos cotidianos (como revistas e jornais) para

mostrar como “coisas aparentemente familiares exprimem todos os tipos de idéias sobre o mundo” (FORTY, 2007, p.15). Mas Forty também ressalta uma diferença importante entre essas mídias e o design de objetos (do qual seu livro trata), já mencionada por ele anteriormente:

“(…) Aqueles que se queixam dos efeitos da televisão, do jornalismo, da propaganda e da ficção sobre nossa mente esquecem a influência similar exercida pelo design. Longe de ser uma atividade artística neutra e inofensiva, o design, por sua própria natureza, provoca efeitos muito mais duradouros do que os produtos efêmeros da mídia porque pode dar formas tangíveis e permanentes às idéias sobre quem somos e como devemos nos comportar.” (FORTY, 2007, p.12)

Situando o trabalho do designer no contexto de uma sociedade capitalista onde o principal objetivo da produção de artefatos é o lucro, é legítimo questionarmos se há de fato espaço para agenciamento individual. O que podemos observar é que essa produção tem efeitos concretos e duradouros, que podem reforçar, majorar, amplificar e sedimentar mitos, materializando ideias e valores.

Voltando ao nosso objeto de análise, estamos tratando de artigos específicos em um portal de notícias digital, brasileiro, a Gazeta do Povo. Mas para além do conteúdo textual e fotográfico dos quais se faz a mediação, o próprio portal em si é um artefato: objeto de planejamento, escolhas cromáticas, disposições tipográficas e imagéticas etc. Seu design é voltado à obtenção de lucro, e inexoravelmente transmite (produz, reforça, estimula, rechaça) ideias.

Em alusão a esse caráter econômico que permeia o portal (mas não limitado a esses elementos), podemos retornar à análise dos elementos gráficos que compõe o site e mencionar os banners de anúncio no topo e no rodapé (Figura 18), e o botão “Assine” no lado direito do cabeçalho. Com os banners o portal teoricamente recebe pagamentos por cliques ou por visualizações dos visitantes, e com a assinatura o pagamento é mensal feito pelos inscritos.

Figura 18 - Captura de tela da subseção “Defesa da Vida” dentro da seção “Sempre família”.



Fonte: SEMPRE FAMÍLIA (2023b).

Ao entendermos esse portal como um artefato e como produto de design, recordamos que a atuação do designer, dentro de uma sociedade capitalista, é regida sobretudo pela necessidade de gerar lucro ao “fabricante” e pela transmissão de ideias, como a cristalização (e eternização) de determinados discursos.

Além dessa reflexão, também vimos nesse capítulo os discursos antiaborto enquanto estes significam. Para pensarmos sua produção focamos na forma (o significante vazio), que é preenchida pelo conceito. E a atuação do designer estaria aí, na busca de uma forma para concretizar um conceito.

Talvez falar em “responsabilidade” nos remeta a uma noção de agenciamento individual, enquanto focalizar em uma produção de efeitos de discursos produzidos em uma lógica capitalista de geração de lucro nos distancie dessa individualização da produção do designer. Forty nos aponta um caminho, mas é necessário retornar a essa reflexão nos detendo mais a ela.

## 5. Conclusão

Ao longo desta pesquisa, exploramos a dimensão mítica de discursos antiaborto produzidos no Brasil entre 2018 e 2022, delineando seus contornos, contextos e implicações, sobretudo no campo da produção e reprodução de imagens. Concluindo, recapitularemos os pontos centrais dessa dissertação, discutindo seus desdobramentos e apontando possíveis direções futuras para a pesquisa neste domínio.

Começamos por circunscrever nosso recorte espaço-temporal, explicitando o cenário político de 2018 a 2022 no Brasil, período do mandato de um presidente de extrema-direita e de uma presença conservadora tanto no Executivo (através dos ministérios do governo federal, por exemplo) quanto no Legislativo, como vimos através dos projetos de lei citados. Apesar de não ser notadamente explícito no nosso objeto, é relevante destacar que esse período compreende também o surgimento e o período mais crítico da pandemia de Covid-19. Dentre outros impactos para o tema dos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil podemos citar, por exemplo, o acesso a hospitais que oferecem o serviço de aborto legal. Em levantamento feito pela Artigo 19 em parceria com a Revista AzMina e a Gênero e Número entre abril e maio de 2020, foi constatado que 45% dos hospitais que realizavam o serviço em 2019 deixaram de atender nesse período (FERREIRA; DA SILVA, 2020). Isso, aliado a medidas restritivas, portarias e decretos já citados do então governo federal, dificultou ainda mais o acesso de mulheres e pessoas que gestam a realização do aborto nos casos já permitidos no Brasil.

Dentro desse cenário destacamos o veículo Gazeta do Povo, apresentando as particularidades que, a nosso ver, tornam seus artigos um objeto interessante para a análise que pretendíamos realizar de discursos antiaborto. Além disso, também julgamos vital articular a essa contextualização feita do conservadorismo os discursos a favor da descriminalização e/ou legalização do aborto no Brasil em curso no mesmo período. Apontamos algumas das relações que há entre eles, no sentido que ambos produzem efeitos e mobilizam respostas que se implicam mutuamente, refletindo-se em novos discursos.

Vimos que há uma interdependência entre o que ficou conhecido como “pauta econômica” e “pauta de costumes”, e não só na gestão do então governo, mas em uma leitura mais abrangente sobre neoliberalismo e conservadorismo.

A razão e a noção de liberdade neoliberais não estariam restritas ao campo da economia (BROWN, 2019). Brown (2019, p.27) se refere a um avanço do privado e da esfera pessoal sobre o público: não somente na privatização de bens públicos, mas no encolhimento do alcance da política e das normas democráticas, da civilidade e do “social”. Expandindo os valores familiares para a esfera pública, não só *economizando* mas também *familiarizando* o social e o público (BROWN, 2019, p.27). E como ela mesma cita, conceitos como patriarcalismo, tradição, nepotismo, cristianismo e exclusão são postos frente a (e contestando) valores que antes regiam a esfera pública e instituições democráticas, como inclusão, igualdade de direitos, secularismo (BROWN, 2019, p.28).

Apesar do conservadorismo não ser exclusivamente cristão há uma forte influência cristã e, como também vimos, na pauta da “militância pró-vida” há uma aliança entre os setores católicos e evangélicos e uma atuação transnacional (sobretudo norte-americana) com uma forte e duradoura ação no Brasil. Citamos inclusive como essas ações se fazem presentes no lobby político, no Congresso Nacional, em projetos de lei e votações, na eleição de políticos conservadores com atuação prévia no movimento antiaborto, em ativismo de profissionais como juízes, promotores, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras, entre outros.

Também vimos com Forty (2007) um exemplo de um dado discurso sobre a família e o papel da mulher, que versa sobre o trabalho doméstico. Esse exemplo nos permite observar a articulação entre esse tipo de discurso, o tipo de subjetividades que são produzidas, e os desdobramentos econômicos. Mas além disso, nos trouxe um primeiro olhar sobre o papel do design de produto, do design gráfico e da publicidade na sedimentação e “naturalização” desses discursos que se referem à instituição Família e ao papel da mulher nessa instituição (e inclusive relativo a um conceito de “amor”), até que estes adquiram a força de “senso comum” (Forty, 2007, p.281).

Argumentamos que discursos como esse atuam como técnicas de poder (sendo efeito e instrumento), presentes em diferentes locais no corpo social e em instituições diversas, e agem no desdobramento de processos econômicos. Como exemplo dessa ação, e retomando o texto de Forty, citamos o impacto do trabalho doméstico não remunerado na economia do Brasil, que segue não sendo contabilizado no cálculo “tradicional” do PIB, apesar de tornar possível todo o funcionamento da sociedade (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2013). Nesse mesmo estudo sobre o PIB vimos também que o trabalho do cuidado é tido como “naturalmente” feminino e “obrigação” das mulheres, o que reforça nossa exposição feita até então sobre os efeitos dos discursos sobre a naturalização de “valores familiares” e de papéis de gênero.

Depois de contextualizar um recorte feito no cenário do Brasil de 2018 a 2022 (e a inserção da Gazeta do Povo nele) e nos aprofundarmos em conceitos importantes para o encadeamento de nossas ideias – como neoliberalismo, conservadorismo, discurso, biopolítica – entramos no cerne de nossa pesquisa. Apresentamos o conceito de mito de Barthes e a *madonidade*, um mito sobre a maternidade no Brasil nomeado por nós e ao qual nos dedicamos a analisar a partir dos artigos selecionados do portal Gazeta do Povo.

Como foi elucidado, o mito de Barthes é um sistema semiológico segundo, derivado de um sistema anterior (e composto igualmente por significante, significado e signo), e segundo o qual se opera a transformação da História em Natureza – inversão essa que define a sociedade burguesa a qual Barthes descreve. Isto é, o mito como “fala”, discurso, linguagem, que é capaz de atuar na sedimentação de algo que é histórico, transformando-o em essência, “senso comum”. Fato, natural.

A partir disso, pensamos o uso desse sistema mítico para leitura e análise de quatro artigos da Gazeta do Povo dentro do tema do aborto, resultando em nossa proposição de um mito da maternidade, denominado por nós como madonidade. Esse conceito, que dá nome ao mito, resgata a influência da religião cristã nos artigos e no próprio portal, na imagem da virgem mãe Maria e no valor cristão do “sacrifício”. Como Barthes descreve, um conceito mítico “funciona” com

significantes ilimitados, o que nos permite ler os diferentes artigos sob a lente da madonidade, reiterando-a.

Abordamos essa leitura analisando os textos, fotografias e outros elementos gráficos que compõem os artigos selecionados e o suporte em questão, o site Gazeta do Povo. Notamos inicialmente características como a assinatura “sempre família”, representativa de um casal heteronormativo (e onde o homem é maior do que a mulher), a onipresença da Igreja e de termos como “valores” e “vida”. Posteriormente, enxergamos também esse conjunto de elementos do portal como um artefato em si, motivado pela geração de lucro e transmissão de ideias.

Em relação aos artigos, observamos o homem/pai/marido como coadjuvante (ou ausente) das histórias. Já em relação às mulheres, protagonistas, o sentido da história é esvaziado, e elas são todas reduzidas ao seu “título”: mãe. O sacrifício é celebrado, e tal qual à virgem Maria a imagem refletida é imaculada, sem pecado: a mãe perfeita. Como vimos anteriormente, o conceito de “família” é caro ao conservadorismo e ao cristianismo, e essas histórias são a sua epítome: a mulher que sacrifica tudo, até sua vida, pela família. Esses discursos, esse mito, versam sobre o que é uma mulher, e o que é uma mãe.

Não nos detemos na história específica de um indivíduo ou outro, mas sobre um determinado contorno de subjetividade. É sobre uma “imagem universal”, naturalizada como se tivesse sido sempre assim e como se não houvesse outra forma de ser. Por que é esperado esse sacrifício extremo? Não só esperado, mas exigido. Por que se espera que mães sacrifiquem suas próprias vidas em nome dos filhos, e que não escolham salvar a si próprias? Por que não vemos uma notícia que diz “mulher descobre câncer durante a gravidez e decide abortar para salvar a própria vida”? Através dos mitos, podemos nos munir de ferramentas para elaborar essas perguntas e vislumbrar um caminho para buscar respostas, através do confronto entre essências e história.

E é com essas ferramentas em mente que nos voltamos a outras perguntas que direcionaram esse percurso, como qual seria o papel do design em relação a mitos como o apresentado. Apontamos a posição do design gráfico na articulação de diferentes formatos de discursos, como produtor (ou coprodutor) de mitos, no

sentido que atua (assim como outras categorias de profissionais) partindo de um conceito e buscando uma forma.

Mas, além disso, aliamos a reflexão feita até então à afirmação de Forty de que o design tem a ver sobretudo com lucro e transmissão de ideias, sendo portanto uma atividade significativa em termos econômicos e ideológicos. O primeiro aspecto é então, como vimos, de que a produção do design nas sociedades capitalistas está diretamente (e primordialmente) ligada (e motivada) pela geração de lucro. O segundo aspecto é a capacidade do design de dar formas concretas e duradouras à ideias, atuando diretamente na naturalização ou “essencialização” de determinados conceitos que são contingentes, históricos. E por fim, confrontamos esses aspectos do design tanto em relação aos elementos dos artigos que analisamos anteriormente, quanto em relação a análise do portal Gazeta do Povo em si, como artefato.

Nosso principal objetivo nessa pesquisa foi argumentar a dimensão mítica de discursos antiaborto produzidos no Brasil entre 2018 e 2022, e acreditamos que o processo relatado aqui mostrou que essa busca foi frutífera. Por essa razão, vemos um futuro para uma expansão e aprofundamento tanto do mito que nomeamos, através da análise de mais artigos e outros materiais, quanto da análise de outros mitos relacionados à maternidade no Brasil. Também vemos com otimismo a participação dessa pesquisa em um conjunto maior de outros estudos dentro do campo no Brasil que apontam a preponderância da questão econômica sobre a produção do design. Acreditamos que é preciso enxergar o estudo do design sob essa lente, e com essa pesquisa buscamos nos aprofundar tanto nas relações econômicas quanto nos ditos “valores” (ideias) que cercam os discursos antiaborto.

No processo de início e desenvolvimento desse estudo, nos recortes que foram feitos no tema até chegarmos ao contorno dessa pesquisa, cabe mencionar a trajetória que me trouxe até a militância feminista em um partido socialista. O que começou como uma possibilidade de trabalho de campo não seguiu dessa forma, mas trouxe como retorno a esta pesquisa (entre outros ganhos) um mergulho na produção e na circulação de discursos pró-legalização, o que certamente enriqueceu este trabalho. Nesse contexto, também tive a oportunidade de produzir



peças gráficas sobre a temática do aborto enquanto designer e ilustradora. Isso me trouxe novos questionamentos sobre a produção de imagens enquanto discurso, questionamentos esses que me parecem interessantes a serem retomados em pesquisas futuras.

Também reconhecemos a relevância de estudos em torno dos fenômenos políticos recentes: o período do recorte feito, 2018 a 2022, precede o início dessa pesquisa por pouco. São citados portanto fatos, levantamentos e desdobramentos que ainda estão em curso e produzindo efeitos no momento, e que carecem de maior compreensão e reflexão. Como falamos anteriormente, no tema do aborto no Brasil tem prevalecido discursos médicos, jurídicos e religiosos, e acreditamos ser de suma importância que se somem análises culturais e semiológicas a estes.

Por fim, acreditamos ser necessário nos debruçarmos sobre as imagens (e outros discursos) que são construídas em nossa sociedade sobre nós, mulheres. O que é naturalizado e esperado de nós, e que escolhas somos proibidas de fazer sobre o nosso corpo. O que é fixado sobre o que é ser mulher, e as violências sobre os corpos que não se enquadram nessas definições limitadas. O que é repetido constantemente e o que é silenciado, como se não existisse. Mas existe.

## 6. Referências bibliográficas

- ADOBE FONTS. Adobe Fonts [online], 2023. Resultado de busca pelo filtro “Friendly”. Disponível em:  
 <[https://fonts.adobe.com/fonts/tags/friendly?browse\\_mode=default&cc=true&max\\_styles=26&min\\_styles=1&page=2&tag=friendly](https://fonts.adobe.com/fonts/tags/friendly?browse_mode=default&cc=true&max_styles=26&min_styles=1&page=2&tag=friendly)>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- BARTHES, Roland. Mitologias. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Projeto de Lei n.º 478 de 19 de março de 2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro. Disponível em:  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=44358&filename=Tramitacao-PL+478/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=44358&filename=Tramitacao-PL+478/2007). Acesso em 28 jun. 2022.
- BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio. Neoliberalismo, Feminismo e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p.17-49.
- CARVALHO, Jess. ADPF 442: 76% dos grupos que enviaram posição ao STF são favoráveis à descriminalização do aborto. Portal Catarinas [online], 19 set. 2023. Disponível em:  
 <<https://catarinas.info/adpf-442-amicus-curiae-descriminalizacao-aborto/>>.  
 Acesso em: 07 out. 2023.
- COLETTA, Ricardo Della. Em ofensiva contra aborto, governo estabelece em diretriz o direito à vida desde a concepção. Folha de São Paulo [online], Brasília, 27 out. 2020. Disponível em:  
 <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/em-ofensiva-contra-aborto-governo-estabelece-em-diretriz-o-direito-a-vida-desde-a-concepcao.shtml>>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- CORTÊZ, Natacha. Autoexilada em NY, Debora Diniz diz que ameaças não vão silenciar seu ativismo. Marie Claire [online], 03 dez. 2020. Disponível em  
 <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/12/autoexilada-em-ny-debora-diniz-diz-que-ameacas-nao-vao-silenciar-seu-ativismo.html>>. Acesso em: 07 out. 2023.
- EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA. “Pude tê-lo em meus braços em suas 9 horas de vida”, conta mãe que decidiu não abortar. Gazeta do Povo, 04 mar. 2020. Disponível em

<<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/mae-decidiu-nao-abortar>>.

Acesso em: 14 dez. 2023.

EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA. Para não abortar filha, mãe decide amputar perna após diagnóstico de câncer. *Gazeta do Povo*, 14 set. 2021. Disponível em

<<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/para-nao-abortar-filha-mae-decide-amputar-perna-apos-diagnostico-de-cancer/>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA. Mãe recusa abortar bebê com anencefalia e doa 33 litros de leite materno após parto. *Gazeta do Povo*, 08 out. 2019. Disponível em

<<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/mae-recusa-abortar-bebe-com-anencefalia-e-doa-33-litros-de-leite-materno-apos-parto/>>. Acesso em: 15 dez.

2023.

EQUIPE SEMPRE FAMÍLIA. Ela teve câncer no início da gravidez, disse não ao aborto e salvou as duas vidas. *Gazeta do Povo*, 15 ago. 2018. Disponível em

<<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/ela-teve-cancer-no-inicio-da-gravidez-disse-nao-ao-aborto-e-salvou-as-duas-vidas/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FERRARI, Ana Clara. Economia do Cuidado | Por que o trabalho das mulheres nos lares brasileiros não entra para o cálculo do PIB?. PT, 07 jun. 2022. *Mulheres*. Disponível em

<<https://pt.org.br/economia-do-cuidado-por-que-o-trabalho-das-mulheres-nos-lares-brasileiros-nao-entra-para-o-calculo-do-pib/>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FERREIRA, Letícia; DA SILVA, Vitória Régia. Aborto legal na pandemia: só 55% dos hospitais seguem atendendo. *Revista AzMina* [online], São Paulo, 2 de junho de 2020. Disponível em:

<<https://azmina.com.br/reportagens/so-55-dos-hospitais-que-faziam-aborto-legal-seguem-atendendo-na-pandemia/>>. Acesso em: 2 mar. 2024.

FORTY, Adrian. *Objetos do Desejo: Design e Sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

G1. Brasil assina declaração internacional contra o aborto e a favor do papel da família. G1 [online], 23 out. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/23/brasil-assina-declaracao-internacional-contra-o-aborto-e-a-favor-do-papel-da-familia.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2023.

GAZETA DO POVO. Gazeta do povo, 2023a. Resultado de busca por termo

“Anencefalia”. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/busca/?page=4&q=anencefalia>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GAZETA DO POVO. Gazeta do povo, 2023b. Resultado de busca por termo

“Mãe”. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/busca/?q=m%C3%A3e>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GAZETA DO POVO. Gazeta do povo, 2023c. Página para assinatura de planos.

Disponível em:

<[https://assinaturas.gazetadopovo.com.br/?touchpoint=assine-topo-internas-gazeta&\\_gl=1\\*3zjlf9\\*\\_ga\\*MTI4Nzc0NjE3MC4xNzAyNTc1MzQ0\\*\\_ga\\_B7X3QY6Y1N\\*MTcwMzg3NTIwNS4yMy4wLjE3MDM4NzUyMDUuNjAuMC4w](https://assinaturas.gazetadopovo.com.br/?touchpoint=assine-topo-internas-gazeta&_gl=1*3zjlf9*_ga*MTI4Nzc0NjE3MC4xNzAyNTc1MzQ0*_ga_B7X3QY6Y1N*MTcwMzg3NTIwNS4yMy4wLjE3MDM4NzUyMDUuNjAuMC4w)>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GAZETA DO POVO. Gazeta do povo, 2023d. Menu do site, opção "Notícias".

Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GAZETA DO POVO. Gazeta do povo, 2023e. Menu do site, opção "Nossa visão".

Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GUIMARÃES, Paula. “Não pensem nas mulheres como

motor da demografia”. Portal Catarinas [online], 31 ago. 2018. Disponível em

<<https://catarinas.info/nao-pensem-nas-mulheres-como-motor-da-demografia/>>.

Acesso em: 08 out. 2023.

IACONELLI, Vera. Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

INTERCEPT BRASIL. Intercept Brasil, 2024. Menu do site, opção "Quem

somos". Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/sobre/>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LIBÓRIO, Bárbara. Propostas desfavoráveis às mulheres podem ganhar apoio de novas lideranças no Congresso. Revista AzMina [online], São Paulo, 29 de março de 2021. Disponível em:

<<https://azmina.com.br/reportagens/propostas-desfavoraveis-as-mulheres-podem-ganhar-apoio-no-congresso/>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARTINS, Rafael Moro. Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. The Intercept Brasil, 09 dez.

2018. Disponível em

<<https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio Monteiro, SABBATO, Alberto Di, “10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil”. In: 35º

CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA PESQUISAS DE USO DO TEMPO (IATUR), 2013, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/documentos-1/versaoartigopibafazeresdomesticossitespm.pdf>>.

Acesso em: 12 de jan. de 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político’, diz pesquisador. Intercept Brasil, 1 de set. de 2020.

Disponível em:

<<https://theintercept.com/2020/09/01/entrevistalucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>>. Acesso em: 26 de ago. de 2021.

SEMPRE FAMÍLIA. Gazeta do povo, 2023. Seção “Defesa da Vida”. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SEMPRE FAMÍLIA. Gazeta do povo, 2023b. Seção “Defesa da Vida”. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VILLAMÉA, Luiza; TARANTINO, Mônica. Como o lobby contra o aborto avança no Brasil. El País, 07 mai. 2019. Disponível em

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/24/politica/1556137351\\_969753.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/24/politica/1556137351_969753.html)>.

Acesso em: 4 jan. 2024.